

ATA N.º 5/2024

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Teatro Miguel Franco, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram **presentes** os seguintes deputados municipais:

1. Abel Oliveira Vieira;
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barreiro Neto;
4. Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho;
5. António Ferreira Pereira de Melo;
6. António Lacerda Sales;
7. Artur Rogério de Jesus Santos;
8. Carlos Alberto Garcia Poço;
9. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
10. Cristiana Duarte Pinto;
11. Eugénia Maria de Jesus Costa;
12. Fábio Micael Costa Bernardino;
13. Helena Cristina da Fonseca Brites;
14. Hugo Miguel Heleno Morgado;
15. José Artur das Neves Ferreira;
16. José Manuel da Cunha;
17. Júlio Paulo Videira de Jesus;
18. Luís Manuel Coelho Prata;
19. Luís Paulo Pereira Fernandes;
20. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
21. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
22. Manuel Oliveira Carreira;
23. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Serôdio;
24. Maria Margarida Guarda Verdades de Sá;
25. Mário João Ley Garcia;
26. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
27. Olga Sofia Gomes Marques;

28. Oriana Cláudia ferreira Cristóvão;
29. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
30. Paulo Alexandre de Jesus Clemente;
31. Raul Testa Fortunato Faustino;
32. Renato José dos Santos Cruz;
33. Sandro Miguel Monteiro Ferreira;
34. Sofia da Silva Francisco;
35. Susana Margarida Martins Sequeira Bertão;
36. Telma Carreira Curado;
37. Telmo Filipe Moreira Marques;
38. Tiago António Leal Duarte;
39. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
40. Tiago Miguel Gago dos Santos;
41. Vítor Manuel Casimiro Matos;

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Catarina de Moura Louro;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes
- Ricardo de Jesus Gomes;

Os seguintes deputados municipais **solicitaram a sua substituição**:

- Céline Moreira Gaspar (UF Monte Redondo e Carreira), substituída por Lina Maria Duarte António (Secretária);
- Fernando Paulo Mateus Elias (PS), substituído por Ricardo José Cordeiro Abreu;
- Joana Maria de Brito Cartaxo (PCP), substituída por Nuno Violante;
- José Carlos Matias (UF Parceiros e Azoia), substituído por José Manuel Vieira Fernandes (Vogal);
- José da Silva Alves (PS), substituído por Emanuel Barbeiro;
- Mário de Sousa Gomes (Freguesia Milagres), substituído por Vânia Sousa (Tesoureira);
- Nelson Manuel Carreira Ferreira (Freguesia Bajouca), substituído por Hilário Simão Marques Pedrosa da Silva (Secretário);

- Paulo Pedrosa Pedro (PS), substituído por Cláudia Alexandra Machado Santos da Silva;
- Pedro António Amado da Assunção (PSD).

Faltaram os senhores deputados Artur Rogério de Jesus Santos (UF de Colmeias e Memória) e Hilário Pereira estrada, convocado em substituição do senhor deputado Pedro António Amado da Assunção.

Faltaram os senhores vereadores Carlos Jorge Pedro Simões Palheira e Ricardo Miguel Faustino dos Santos.

A sessão foi presidida pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, António Lacerda Sales, pela senhora **2ª Secretária da Mesa**, Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, em substituição do senhor 1º Secretário, e pela senhora deputada Alexandra Carvalho, em substituição da senhora 2ª Secretária.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** declarada aberta a sessão, eram **21h40** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

Ponto único – “Apreciação do Estado do Concelho” – Apresentação e discussão.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** a todos cumprimentou e deu início à sessão começando a senhora **1ª Secretária** por efetuar a chamada de modo a verificar-se se já existia quórum para se poderem iniciar os trabalhos. Confirmada a existência de quórum o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão começando por informar os pedidos de substituição da sessão.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu conta que apesar de ser uma sessão extraordinária, sem “Período Antes da Ordem do Dia” resolveu aceitar, a título excepcional, o Voto de Pesar apresentado pelo PSD referente ao falecimento da Dra. Amália Pereira e do Dr. Borrego Pires tendo dado a palavra à senhora deputada Mª Margarida Sá.

Intervenção da senhora deputada **Mª Margarida Sá – PSD**

Transcrição:

"Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores deputados, a todos os que nos acompanham aqui e nas redes sociais, senhoras e senhores jornalistas.

A Assembleia Municipal manifesta o seu profundo pesar face ao falecimento recente dos Drs. Amália Piedade Gomes Pereira e José Manuel Borrego Pires. Tanto a Dra. Amália Pereira, Assistente Graduada de Medicina Interna no serviço de medicina da ULS RL, como o Dr. José Borrego Pires, Chefe de serviço na área da Medicina Geral e Familiar, fundador e coordenador da USF D. Dinis, desempenharam um papel muito importante na saúde da

nossa comunidade. Ambos profissionais exemplares, cuja paixão pela profissão e empenho no atendimento aos doentes são dignos de reconhecimento. Expressamos as nossas mais sinceras condolências à família, aos amigos e aos colegas de trabalho. Que possam encontrar conforto nas memórias que eles deixaram e na certeza de que a sua contribuição será eternamente valorizada por todos nós. Pedimos em sua homenagem um minuto de silêncio.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o Voto de Pesar à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. De seguida, solicitou que fosse efetuado um minuto de silêncio.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao “Período da Ordem do Dia”.

****** PERÍODO DA ORDEM DO DIA ******

Ponto único – “Apreciação do Estado do Concelho” – Apresentação e discussão.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito boa noite, senhor Presidente da Assembleia. Queria cumprimentar na sua pessoa a Mesa e também aproveito para cumprimentar todos os elementos desta Assembleia e o público que está aqui presente e que assiste em casa a esta, a esta sessão especial.

Vou pedir para projetarem aqui a imagem da apresentação que preparámos. Esta será a última Assembleia em que terei oportunidade de falar sobre o balanço do concelho neste formato, que tem sido um formato idealizado para fazer um balanço não só do, do ano em curso, mas também daquilo que é o trabalho, prestar contas daquilo que tem sido a atividade do Município, mas sendo esta a última Assembleia tentar fazer aqui um balanço dos 3 anos de trabalho e juntar também aquilo que é a visão e a obra feita pelo vereador a vereador e, portanto, organizámos uma apresentação para ser mais fácil aquilo que é a nossa visão sobre o ponto de situação atual do concelho e do desempenho sobretudo do Município, há aqui questões que são laterais à vida de um concelho, de um Município que ultrapassa a dimensão municipal que não serão valorizadas nesta apresentação e que ultrapassam aquilo que é a área de influência e da competência da Câmara. No essencial há indicadores que são indicadores relevantes, importantes, motivadores no que diz respeito ao desempenho não só do Município, mas em especial daquilo que é o reconhecimento de entidades idóneas, como é o caso da Deco Pro Teste ou de outras entidades habituadas a fazer rankings de desempenho dos municípios, que nos colocam numa situação de, de pódio em alguns casos, outros no top 10 dos Municípios Portugueses e um dos que gostaria de destacar, para nós é importante do ponto de vista

do Município, fomos considerada a capital de distrito no que diz respeito ao ranking transparência como a melhor do país, o que nos dá um incentivo para que a capacidade de, de transparência, de comunicação, de informação ao munícipe é um esforço diário de todas as pessoas que colaboram no município, mas também manter um índice de qualidade de vida no momento em que a nossa cidade sofre transformações diárias com um aumento de população, onde os desafios diários se tornaram muito mais intensos do que há 3 ou 4 anos atrás aquando da mudança de Executivo e, portanto, deste mandato. Manter a classificação de 2ª melhor cidade em qualidade de vida entre as capitais de distrito portuguesas é, de facto, uma distinção que nos deve orgulhar e que aumenta a nossa fasquia de responsabilidade relativamente a manter essa perceção que é tão importante para atrair pessoas e dar um grau de alegria, satisfação a quem cá vive. Por outro lado, queria destacar também o crescimento económico que Leiria e a nossa região continua a registar numa situação de pleno emprego, mas onde destaco também a criação de uma nova imagem que corresponde a um ecossistema de inovação onde estão muito associadas as empresas tecnológicas, o desempenho da Star Up, mas também aquilo que tem sido preparado em termos de, de agentes económicos para a importância da inovação no desenvolvimento das suas atividades empresariais com o apoio muito importante não só do Politécnico, mas também de muitos investigadores que têm criado este ambiente positivo em termos do desenvolvimento de novas atividades económicas. Portanto, este é um cenário que nos é transmitido e percecionado por entidades externas ao município e que nos coloca, portanto, numa posição extremamente positiva no contexto nacional. Queria deixar aqui uma apresentação de pelouro a pelouro, tema a tema, não, não vou falar detalhadamente sobre todos os pontos que estão identificados, vou dar mais reforço àqueles que estão identificados mais a bold nesta apresentação sabendo que cada área que hoje está entregue e delegada em cada vereador representa um esforço adicional ao longo dos últimos 3 anos. Nós estamos a crescer em termos de população, hoje temos uma cidade robusta, uma cidade muito mais exigente que coloca em qualquer pelouro uma carga de responsabilidade de investimento, de resposta não só tática, mas também estratégica que nos obriga a pensar a cidade com uma intensidade e com uma rapidez que não era habitual no período antes do covid e, de facto, há uma transformação social económica do concelho que resulta também do nosso sucesso desta, deste esforço que é feito diariamente para tornar a cidade e o concelho atrativo que faz com que haja um aumento significativo também das responsabilidades do município e de tudo o que é a resposta social e este é efetivamente o grande desafio que se coloca às sociedades modernas, sobretudo europeias, em que num momento de aumento populacional de crescimento económico, de pleno emprego temos que lidar com os fenómenos de falta de habitação, aumento de dificuldade de mobilidade, aumento de fenómenos de insegurança e isso tem sido o nosso trabalho de

conseguir dar uma resposta ao mesmo nível ou em antecipação a estes desafios e isto tem sido o marcar deste mandato e que tem sido, no meu entender, uma resposta à altura e, portanto, no momento em que se fala em questões ambientais a área do Ambiente começa por ser o 1º ponto a ser apresentado, nós temos aqui duas áreas que queria sublinhar, a recolha seletiva de biorresíduos é uma meta ambiental que Portugal tem que alcançar, nós já estamos a desenvolver a distribuição de contentores de bio resíduos, já chegamos a cerca de 14 mil habitações e 100 estabelecimentos, sobretudo do canal Eureka, portanto, restauração e turismo, e esta é uma missão, é um caminho que tem sido desenvolvido e que nos próximos anos irá ainda crescer cumprindo com aquilo que é uma economia mais verde mais sustentável, uma economia circular. Depois, temos um trabalho feito no que diz respeito à captação de investimento e de projetos empresariais na área do biometano, este foi uma, uma proposta política que colocámos no topo das nossas prioridades. Temos dois projetos em curso que estão em estudo de impacto ambiental, a ultrapassar tudo aquilo que é um pântano jurídico e processual e, portanto, depositamos muita confiança nestas soluções sabendo que paralelamente temos desenvolvido atividade de controlo, de monitorização daquilo que é as atividades de valorização agrícola que hoje em dia estão muito melhor do que no passado e, portanto, hoje não temos fenómenos tão dramáticos como as descargas nas ribeiras e rios ou mesmo utilização abusiva de terrenos agrícolas para espalhamento. Hoje temos um serviço de vigilância ambiental com mais meios, com mais reforço, com mais tecnologia e também agentes económicos mais sensíveis às questões ambientais o que fez com que nessa área se tenha verificado uma melhoria significativa em termos ambientais. Depois, queria deixar um outro, outra área que eu acho que tem tido uma evolução significativa no contexto urbano e que tem vindo a ser melhorado em termos de qualidade e também no reforço da oferta, a questão da Mobilidade é um dos fenómenos que merece uma atenção redobrada no que diz respeito ao aumento de viaturas que circulam, sobretudo no ambiente urbano entre Leiria e Marinha Grande, entre as diversas freguesias e a cidade, hoje temos uma cidade repleta de mais atividade económica e, portanto, é natural que haja aqui um momento de tensão e, portanto, é necessário reforçar a oferta do transporte público, o reforço daquilo que é a mobilidade suave, o aumento de meios alternativos de circulação e temos aqui uma mudança não só naquilo que é a oferta dos, dos circuitos Mobilis, cujo concurso a partir de janeiro entra um novo, um novo contrato em vigor e que irá permitir no próximo ano substituir toda a frota do Mobilis por frota moderna elétrica, o que vai significar a substituição de muita chaparia que anda para aí por viaturas mais confortáveis, mais amigas do ambiente. Por outro lado, há um trabalho de 3 anos de conseguir concretizar um dos nossos principais projetos que foi interromper aquilo que seria a reabilitação do terminal rodoviário na Heróis de Angola e tomar a decisão de deslocalizar o terminal para fora do coração da cidade e, portanto,

depois de um estudo técnico sobre a melhor localização identificámos a zona do estacionamento junto à piscina de Leiria que irá permitir durante o próximo ano construir o terminal e libertar o coração de Leiria, o coração comercial de Leiria para uma nova etapa, uma nova fase de mudança de paradigma comercial, habitacional de Leiria com a construção de um edifício moderno, arquitetonicamente evoluído, com estacionamento que irá resolver uma parte significativa da falta de locais de estacionamento no coração da cidade e que, no meu entender, poderá e deverá mudar o paradigma daquilo que é o comércio da zona mais antiga de Leiria dando aqui um novo impulso como teve no passado e, portanto, são duas soluções que temos vindo a trabalhar nos últimos 3 anos, a central de mobilidade de Leiria está em curso a obra e temos projetos já aprovados de arquitetura relativamente à nova solução do atual terminal rodoviário e, portanto, cumprimos aqui uma das metas que nos tínhamos proposto para aquilo que é o desenvolvimento da mobilidade em Leiria e damos-lhe aqui um sinal também daquilo que é a importância das cidades inteligentes ao serviço da mobilidade pois temos na nossa cidade a possibilidade de em cada paragem saber a que horas chega o autocarro, há entrada dos pontos principais da cidade quais são os números de lugares disponíveis do estacionamento e, portanto, há aqui uma aposta clara também naquilo que é a cidade inteligente dando destaque ainda à criação de mais lugares de estacionamento periféricos e, portanto, a aposta que fizemos na criação do parque de estacionamento na zona das Olhalvas, que no início muita gente contestava porque iria ter poucos carros, hoje é um estacionamento que ajuda muito a zona do hospital, não só porque entretanto começou a obra do estacionamento de lá, mas antes de começar a obra do estacionamento dentro do hospital já aquele parque cumpria uma função relevante e, portanto, toda a despesa que tivemos de renda que pagamos mensalmente, mas também do investimento que fez no meu entendimento está a cumprir na perfeição os seus objetivos.

Por outro lado, a parte económica, que é tão importante e que muitas vezes se questionava a falta de parques industriais e zonas industriais em Leiria, vamos neste período, neste mandato, conseguimos terminar algo que se arrastava há anos, há décadas que era a construção do parque empresarial de Monte Redondo, hoje temos a obra em curso, o parque empresarial de Monte Redondo é já um espaço que é ambicionado e procurado por empresas, temos aqui uma 1ª fase pronta a ser entretanto colocada no mercado e está em curso as diversas infraestruturas de construção deste, deste parque, não só a rua da Bajouca, mas tudo o que são as duas vias de acesso interno e as diversas infraestruturas e, portanto, esta será efetivamente uma nova área empresarial que irá desenvolver o norte do concelho e, portanto, há aqui uma evidência daquilo que é o investimento nas freguesias relevante e, de facto, é daqueles que ultrapassa a freguesia onde fica sediado, vai ajudar a desenvolver uma área que tem, uma área de influência muito grande que ultrapassa o



concelho e chega ao concelho vizinho de Pombal e, portanto, vamos ter ali, de facto, uma âncora económica muito importante e também foi durante este mandato que, que se deu um impulso a novas áreas de investimento e de acolhimento de empresas, nós temos em curso a instalação na torre no estádio, no topo norte do estádio já a torre dedicada à autoridade tributária, o resto do topo norte do estádio está em processo de viabilização económico-financeira através de candidaturas que temos em curso e que não estão aprovadas e se tivermos sinal positivo de aprovação estamos em condições de lançar concurso num investimento arriscado porque o paradigma dos locais de trabalho em escritório são diferentes desde o covid, hoje temos muitos escritórios com a lógica do teletrabalho que já não são tão grandes como no passado e, portanto, a nossa intenção é, de facto, investir porque precisamos desta oferta, mas temos que ter este suporte financeiro para não cometer nenhuma loucura que ponha em causa aquilo que tem sido uma das nossas prioridades que é manter as contas certas do município evitando investimentos que possam comprometer o desenvolvimento do concelho no futuro e, portanto, temos para já a torre das finanças que já tem cliente e havemos depois de desenvolver o resto do espaço.

O mercado municipal tem sido um sucesso desde a sua abertura, já foi feita a inauguração no decorrer deste mandato, foi uma aposta vencedora, nós transformámos uma estrutura sobredimensionada, um sítio onde nenhum responsável da Câmara podia entrar, portanto, as promessas que foram feitas ao longo de anos que se ia arranjar e fomos nós que fizemos este projeto e fomos nós que conseguimos mudar aquele espaço num espaço acolhedor, atrativo e hoje temos um mercado municipal que tem mais clientes, jovens clientes, estrangeiros, turistas com uma ampla oferta de produtos da terra e de agentes económicos locais e, portanto, está a funcionar muito bem, colocando na parte superior a start-up que já está cheia, já teve empresas que entraram e que entretanto já encontraram espaços maiores por terem crescido e, em princípio, iremos ampliar a sua zona de influência da start-up para o piso ao lado do edifício do mercado municipal, portanto, são alguns exemplos do trabalho que tem sido feito na economia, nós temos, estamos em fase de ultimar a adaptação, o projeto do edifício EDP vai ser uma agradável surpresa, nós vamos ali ter um conjunto de espaços económicos que irá dar suporte, não só zonas de cowork, mas à fixação de novas empresas num ambiente que tem um conforto e uma distinção única e conseguimos reabilitar mais um edifício que fica próximo das zonas mais centrais de Leiria, neste caso do rio Lis e dando-lhe ali um acesso e uma imagem de modernidade tendo em conta aquilo que é o objetivo também da parte económica que queremos alcançar naquela zona. Paralelamente às questões dos investimentos há também um conjunto de ações relacionadas com o apoio ao investidor, à empresa através dos gabinetes de apoio ao investidor e de outros tipos de ofertas com plataformas digitais que ajudam a promover

a atividade económica, a incentivar o investimento e que fazem parte também dos objetivos da parte da divisão de Economia e Inovação. Depois, queria mencionar aquilo que geralmente é a obra mais visível, aquela que é mais valorizada seja pelas pessoas que circulam diariamente de automóvel, mas também por muito, por aquilo que é habitual nas atividades autárquicas mais tradicionais que é um investimento que é feito na requalificação de vias, nós temos muita obra nos últimos 3 anos, neste mandato associado a vias, algumas urbanas, aquelas que são mais visíveis, estão aqui ilustradas a intervenção na Nossa Senhora de Fátima e também na Mouzinho de Albuquerque, são os exemplos da cidade. A Mouzinho de Albuquerque foi um projeto arriscado, muito criticado na altura porque não passava um autocarro e porque não havia segurança e porque como é que era possível os passeios não funcionarem, onde é que as pessoas iam parar. Hoje, esta avenida tem mais circulação, mais segurança e é um sucesso comercial, portanto, estamos a falar de uma outra, de uma outra rua e, no meu entender, foi uma aposta ganha vencendo todos aqueles que tinham dúvidas e que na altura eram muitas e que recebeu muita contestação, a exemplo da Nossa Senhora de Fátima que também tivemos bastante oposição quando disseram que tinham transformado uma avenida numa ruazinha, de facto, hoje temos um perfil de cidade com passeios mais largos, mais conforto para quem circula a pé, carros, menos carros, carros a circularem mais devagar e, portanto, acho que são 2 exemplos de reabilitação urbana que devemos ter orgulho. Para além disso, temos investimentos em várias freguesias, está aqui a 109-9 que liga o Coimbrão à praia do Pedrógão e depois havemos de completar esta estrada, não é? Esta estrada é daquelas estradas que recebemos das Infraestruturas de Portugal, era uma estrada que estava rebentada há muitos anos e reclamava-se sistemática de intervenção, a partir do momento em que recebemos a estrada fizemos logo uma intervenção de 644 mil euros, mas depois temos outras tantas estradas que estão aqui identificadas nas mais diversas freguesias que representam também um trabalho conjunto daquilo que são os programas e as ambições freguesia a freguesia e aquilo também que são as prioridades e o pensamento da Câmara Municipal e, portanto, em articulação temos feito um conjunto de intervenções, há muitas mais por fazer, mas as que se fizeram em 3 anos nunca antes se fez tantas, nunca, em cada freguesia em média temos uma obra neste mandato de 1 milhão de euros e, portanto, temos aqui um ritmo de investimento significativo e que era importante sublinhar, umas já estão concluídas, outras estão em fase de obra e que, naturalmente, até ao final do mandato poderão estar grande parte delas concluídas, mas, pronto, não vou estar aqui a elencar todas porque são muitas, por exemplo, dou aqui destaque à rua Mouzinho de Albuquerque, aqui está o exemplo de intervenção no Santuário dos Milagres, o circuito Polis também foi intervencionado, não é? Foi uma obra que até foi polémica, na altura disseram que estávamos a colocar alcatrão no circuito Polis, não é? Pronto, e de facto, foi uma aposta



ganha e hoje aquilo que era o medo de pessoas serem atropeladas, criancinhas, por bicicletas que andavam desvairadas, num ano zero ocorrências, zero ocorrências e, de facto, hoje estamos a viver, vivemos um momento de intensidade opinativa e para quem tem que tomar, para quem tem de tomar decisões depois corremos o risco de arriscar, não é? Naturalmente, mas também há uma intensidade relativamente àquilo que é as opiniões sobretudo tecnicamente e, portanto, este é um dos exemplos de uma transformação no circuito Polis que ficou a ganhar porque transformámos um caminho enlameado por um caminho que é circulável em segurança e permite a partilha daquilo que é o peão e a bicicleta quando antigamente andavam misturados uns com os outros em cima de lama. Deixava aqui também outra, outra obra que eu acho que tem algum significado, tanto mais que é importante para a freguesia da Barreira, não é? E que era há muito reclamada e que era uma das piores estradas que tínhamos e que importa sublinhar, que é muito relevante e que é a rua Dom José Alves Correia da Silva, era das estradas onde havia mais acidentes e aquele circuito em frente ao quartel era uma loucura de circulação e, portanto, essa obra foi concluída, foi feita e hoje temos ali um perfil muito, muito interessante.

Quería, no fundo, dar aqui a informação que nos 4 anos houve aqui um ritmo de 4 milhões, 5 milhões, 5 milhões, de 2024 até outubro 8,2 milhões de euros de investimento em rede viária, portanto, nota-se bem, está tudo feito? Não está, há muito mais para fazer e, por exemplo, está aqui a dar esta imagem aqui da rua da Restauração, que é uma coisa que nos preocupa e que está aqui identificado, a rua da Restauração e a rua Dr. António Costa Santos tem um problema de drenagem, bem, este assunto já nos preocupa há bastante tempo e quando vimos imagens do que aconteceu em Valência, como devem imaginar quem gere uma cidade como é o nosso caso, ter uma cidade como a nossa, em declive, resolver problemas de drenagem como é esta estrada ou como é a Rua de São Miguel há tanto tempo era desejado, estamos nós a fazer e dentro, dentro de alguns meses estarão concluídas e este problema fica saneado e, portanto, estão aqui 2 exemplos de 2 obras que somadas são mais de 1 milhão de euros e é enterrada, pronto, dali não vão surgir grandes mudanças ao de cima, mas fica resolvido o problema de drenagem, pelo menos nestas duas ruas.

Falar agora também na questão da tecnologia e eficiência energética, nós estamos a assistir a uma transformação, a uma transição energética importante nas cidades, sabemos que a energia é cara e, portanto, também tem que ser inteligente e, portanto, há aqui uma substituição por luminárias Led e, portanto, há aqui um ritmo que permite até 2027 termos todo o concelho substituído para esta tecnologia e, para além disso, temos também hoje uma cidade mais inteligente na gestão da iluminação pública, mas não é só na iluminação pública, é nos contadores eletrónicos e de outras soluções mais inteligentes.

A parte social é uma área onde temos investido bastante, um concelho como o nosso tem respostas, tem necessidade de ter respostas sociais, não somos um dos concelhos mais carenciados do país, mas não gostamos de deixar ninguém para trás e, portanto, esta é uma prioridade que está sempre na nossa mira, foi, por isso que se criou o Fundo de Emergência Social com 1,2 milhões de euros, temos ali uma bolsa para poder acudir a quem mais precisa e é este tipo de concelho social que defendemos, não é um concelho que deixa as pessoas abandonadas ou isoladas, é por isso que ultrapassamos aquilo que são as nossas competências na área social, temos um programa de participação de medicamentos a famílias carenciadas que já vai para vários anos de existência, hoje chega a cerca de 509 agregados. Temos um apoio significativo ao setor social onde apoiamos 70 instituições com um montante superior a 1,7 milhões de euros, fora aquilo que é o apoio ao investimento em creches e em lares que tem sido uma das nossas prioridades para criar então essa resposta social em rede e deixo aqui um apontamento de uma obra que está praticamente concluída que é a criação de um centro de alojamento de emergência social na freguesia da Barreira, uma aquisição que fizemos para a ADESBA e que com essa aquisição permitiu também ajuda a desenvolver o projeto da própria instituição e, naturalmente, dentro desta lógica social, deste chapéu de uma resposta social está a preocupação com a saúde, eventualmente é dos setores que mais preocupam os portugueses e os leirienses, a par daquilo que são as questões relacionadas com a segurança e com a mobilidade e nesta área ultrapassamos claramente as nossas competências, o município, a exemplo do que fizemos no covid, não ignora os problemas, tenta enfrentá-los e resolvê-los, daí o projeto Bata Branca, uma iniciativa que reúne a Câmara Municipal, o Ministério da Saúde e a Misericórdia, onde começou para resposta a 5 ou 6 centros de saúde encerrados e hoje está praticamente, na esmagadora maioria dos centros de saúde temos Bata Branca num investimento de 230 mil euros até agora, mas que já deu cerca de 26 mil consultas, se não existisse Bata Branca estas consultas não teriam sido dadas e, portanto, há aqui um trabalho importante na área da saúde, a par daquilo que é o crescimento e a melhoria dos centros de saúde, primeiro da Barreira, desculpem, primeiro de Amor, Bidoeira de Cima e Parceiros e Azoia, que já estão concluídos com um investimento total de 4 milhões de euros e está agora em curso obras e concursos já com adjudicação do novo centro de saúde da Barreira, Santa Eufémia e Pousos, portanto, isto também é obra, não é? Não é só alcatrão e quando se fala: "ah, não há investimento nas freguesias." Há, está aqui nos centros de saúde, seis centros de saúde e quando se fala em Bata Branca é nas freguesias, não é na cidade e às vezes a tentativa de dizer "ah, que é só uma visão de cidade." Não, há respostas que são importantes na cidade porque a cidade é de todos, porque todos caminham para cá quando têm de ir ao hospital ou quando têm que ir ao tribunal ou à Segurança Social, ou levar os miúdos ao Liceu ou à Domingos



Sequeira porque a cidade é de todos, mas temos resposta nas, nas aldeias e nas freguesias com critério no que diz respeito a respostas sociais, educativas e daquilo que são a essência do investimento nas redes de acessibilidade.

A problemática da habitação, é uma das áreas mais exigentes onde temos uma capacidade de resposta lenta, nós temos candidaturas aprovadas no PRR para a reabilitação do existente, essas estão em curso, para construção de fogos de raiz nós não temos nenhuma, que está aqui dizer que há candidaturas submetidas ao IHRU, mas vieram ontem e foram todas reprovadas, temos zero euros de apoio para habitação de rendas acessíveis, portanto, todo o investimento que se venha a fazer, seja no Coimbrão, seja noutros sítios que estão já projetados como nos Parceiros vai ter que ser a câmara a pagar com uma taxa de retorno desse investimento poderá chegar a 30 ou 40 anos e que não resolve os problemas graves que existem, é por isso que achamos que, de facto, a resposta à habitação terá que passar pela iniciativa privada, essas coisas são muito neoliberal, a construção de equipamento público municipal, para além de ser lento não é compatível com o retorno que se pretende e que seja possível nos próximos tempos, mais vale conseguir ter um território atrativo para aparecimento de projetos de índole imobiliário nas diversas dimensões sociais, sejam as que ficam no centro de Leiria e que serão cada vez para uma classe média / alta ou de luxo, mas também para aquilo que são os investimentos de periferia onde irão aparecer outro tipo de oferta de alojamento que irá permitir captar outras pessoas para aí viverem e para tentar resolver nós apostámos, e bem, somos dos poucos concelhos do país que em vez de intervir no lado da oferta intervimos no lado da procura e, portanto, nós temos um programa de comparticipação ao arrendamento que está a atingir 231 famílias e, portanto, temos um rendimento apoiado de 110 fogos, estes 110 fogos é como se fossem nossos porque permite que as pessoas estejam a viver nesses espaços com uma renda apoiada a um preço mais baixo porque nós ajudamos a que a pessoa possa pagar ao proprietário do imóvel o valor que o mercado hoje está a inflacionar, está a inflacionar.

Na área da educação, é uma área muito importante na nossa estratégia, é mais desafiante, vai ser o mandato onde mais dinheiro se gastou na educação nos últimos anos, nunca se gastou tanto dinheiro por parte do município, só a par do investimento feito pelo Estado aquando da Parque Escolar e que desde aí nunca mais investiu um cêntimo nas escolas nacionais e quando aceitámos a descentralização começámos desde logo a fazer projetos, hoje temos os projetos de quase todas as escolas concluídas e à medida que vamos tendo financiamento vamos investir na sua melhoria. Avançámos antes de ter apoio naquilo que é a reabilitação da escola Afonso Lopes Vieira e da Dom Dinis, que estavam mapeadas com prioridade, e, felizmente, depois de ter sido reprovado na 1ª fase o apoio no âmbito do PRR conseguimos que elas viessem a ser apoiadas e, portanto, estas 2 escolas, que já estão em curso, representam um investimento de cerca de 12 milhões de euros que se junta

àquilo que é o centro escolar dos Marrazes que escusado será contar a história deste, deste investimento que teve muitas peripécias, avanços, recuos, atrasos e hoje é a entrada na freguesia mais urbana que temos, que é um espaço que vai ter associado também um pavilhão distinto, desportivo, com carácter de multiactividades e hoje temos uma entrada numa freguesia qualificada por um equipamento público municipal de excelência, quer na educação, quer no desporto e, portanto, deposito muita esperança e muita confiança naquilo que é a organização daquela freguesia por aquela porta de entrada e que no futuro seguramente vai ficar muito ligada a Leiria cidade com aquilo que é a melhoria também da 109 entre o troço da freguesia e a entrada em Leiria que é um dos nossos projetos futuros. Para além disso, há outras intervenções onde queria reforçar, o procedimento da Escola Básica de São Romão, com um investimento de 3,7 milhões de euros, portanto, o projeto está lançado, o concurso está lançado, esperemos adjudicar, a adjudicação no próximo ano do início da obra, nós temos cada vez mais crianças nas escolas, portanto, a pressão, as dores de crescimento que estava a falar ainda há pouco, não é só na estrada, hoje temos escolas forradas de crianças, hoje se não tivéssemos a visão de apoiar o aparecimento de creches, se não tivéssemos feito a cresce tipo e colocado à disposição, nós hoje tínhamos um problema gravíssimo nos próximos anos de falta de espaço para crianças e com uma tensão social inerente que era sempre que uma criança estrangeira entrasse à frente de uma criança de Leiria tínhamos um problema social que resultaria numa tensão de integração, portanto, não hesitámos um momento quando soubemos que havia possibilidade de fazer mais creches e de reforçar a oferta educativa e nós vamos abrir escolas que estavam fechadas, a escola dos Pousos estava fechada, abrimo-la, estava fechada está a ser usada pela SAMP para áreas culturais, tivemos que a abrir para colocar lá um jardim de infância, e a escola de São Romão é para responder a uma carga suplementar que a cidade tem, que é grande e, portanto, vai aliviara carga que hoje sentimos na escola Branca, na escola Amarela, na Cruz da Areia e que temos mesmo, portanto, hoje não há um única escola do ciclo urbano vazia, nem, nem no ciclo urbano nem nos outros ciclos quaisquer, hoje temos escolas cheias de crianças, escola multicultural com a necessidade de expansão da nossa rede escolar. Por outro lado, aceitámos o desafio da descentralização de competências na educação que fez com que os nossos recursos humanos duplicassem, portanto hoje temos 1200 funcionários em virtude daquilo que é a chegada dos assistentes operacionais, assistentes técnicos, de tudo aquilo que é o universo do secundário, do 2º e 3º ciclo e que nos criou aqui um desafio enorme que é conseguir motivar essas equipas, é por isso que a semana passada, esta semana recebemos e formámos todas as, todos os assistentes operacionais e assistentes técnicos e é um exército, é um exército que temos, esse pessoal todos os dias tem a responsabilidade de abrir a escola, tomar conta dos corredores, a sua limpeza, o seu acolhimento, se esse

peçoal estiver envolvido estamos a fazer melhor escola e nós estamos a dar esse espírito de união, esse espírito de família, de equipa que é muito importante para o nosso sucesso, com muitas dificuldades porque hoje o trabalho, para além da transformação geracional em que tem o conceito de ser feliz a trabalhar, não é? Há este conceito de felicidade que é novo, não é? E a capacidade de sacrifício é algo que vai esmorecendo em muitos dos nossos colaboradores e aquele sentimento de que entramos para a Administração Pública para ter trabalho para o resto da vida mudou porque hoje temos uma rotatividade nunca antes vista, nós temos pessoas que entram nas escolas como assistentes operacionais num dia e passado 2 dias estão a sair nem a bata da, da escola entregam, portanto, nem chegam a aquecer o lugar. É este o tipo de mercado de trabalho que estamos a conviver, com uma grande responsabilidade que é, faltou hoje? Quem é que abre a escola? Isto vai acontecer em tudo o que seja baixos salários da Administração Pública, o que é um grande desafio também para, para a gestão dos recursos humanos da Administração Pública.

Na cultura, sublinhava aqui a abertura da Black Box, um equipamento novo para a área mais contemporânea, mais alternativa, mais criativa. A intervenção neste espaço mereceu uma menção honrosa nos prémios do imobiliário promovidos pelo Expresso e SIC Notícias e também aqui temos sublinhada a inauguração da Stay Lab, na galeria Manuel Artur dos Santos, aqui no mercado de Santana. Para além disso, um conjunto de atividades diversificadas como foi este ano as celebrações dos 50 anos do 25 de Abril, a exemplo de muitas outras que se desenvolveram no concelho onde privilegiamos também aquilo que é o apoio ao Associativismo em 2024, portanto, no ano em curso. Apoiámos 82 associações num montante de 1,3 milhões de euros reforçando aquilo que é a nossa grande capacidade de intervenção cultural através das associações.

Na área do desporto, sublinhar aquilo que é a construção do pavilhão dos Marrazes, ele será inaugurado ou será aberto, já estão aqui há algumas fotografias do pavilhão em janeiro, terá uma lotação de 880 lugares sentados em bancada, permite-nos já ter outro tipo de eventos desportivos, em plateia pode disparar até 2 mil lugares de assistência, o que faz com que se tenha aqui um espaço novo para ser utilizado para atividades desportivas e culturais. Para além disso, neste ano, neste mandato tivemos a Cidade Europeia do Desporto, a par de outras cidades e a nossa dentro daquilo que foi o ano de 2022, que foi um ano em que tivemos esta instituição, fomos a melhor da Europa, portanto há aqui um mérito a atribuir aos clubes e a todos aqueles que estiveram envolvidos, em especial a vereação do desporto.

Há aqui também a parte do turismo e dos eventos, é uma área que se destaca, pelo menos tem um conjunto de admiradores e tem um conjunto de pessoas que criticam, não é? Tanto mais que para quem não conhece a obra toda há pessoal que só vê esta parte, como no caminho quando vinha para aqui um senhor estava-me a dizer que "não tapam o buraco

de minha casa, mas têm dinheiro para iluminar a árvore de Natal”, não é? Pronto, mas também no dia em que não houver eventos em Leiria também já não será Leiria porque quando começámos era a cidade onde nada acontecia agora, pelos vistos, é a cidade onde tudo acontece, antigamente era a cidade que estava deserta, agora tem excesso de pessoal, pronto, bem, eu não sei o que é que uma pessoa há-de fazer, se é voltar ao antigamente, em que saíamos de casa e íamos à missa, ou o tempo medieval ou se queremos pensar numa cidade que tem “olha, tem um mês de Natal”, grande coisa, olha tem Lisboa e Porto, tem a Madeira, tem Coimbra, tem Aveiro, podemos não ter e podemos ir todos para o centro comercial lá em cima que eles ficam muito agradados e, portanto, há aqui um conjunto de atividades culturais que mudam o paradigma da cidade, o seu sentimento de pertença e que nos tornam uma população mais feliz que é o termo que esta semana aprendi no Next e que, de facto, o sentimento de felicidade não passa só por aquilo que é a nossa obra ou aquilo que são as questões físicas, é o sentimento de satisfação. Há uns que gostam de carros vão ao Leiria sobre Rodas, outros gostam de medieval vão ao Medieval, outros gostam de gastronomia vão ao Prove Leiria, esta oferta diversificada não agrada a todos, mas que ela é muita e diferente é, e que ela não existia e que marcou uma nova etapa naquilo que é a notoriedade de Leiria porque antes disto não existiam estas atividades e eu desafio a fazerem uma viagem no tempo há até 12 anos atrás e digam o que é que do ponto de vista cultural se lembram que era feito e, portanto, há aqui uma aposta, no meu entender, tem, tem muito a ver com aquilo que é uma nova, uma nova cidade assente nesta, nesta questão da sua agenda cultural, desportiva e de grandes eventos.

Obras de regeneração urbana, temos aqui também uma preocupação com algumas intervenções, o destaque aqui para a construção do Parque Verde na encosta do Castelo com a requalificação paisagística da fonte do Pocinho, que vai ser inaugurada ou aberta dentro de algumas semanas, a par daquilo que tem sido o desenvolvimento também nos espaços verdes de Leiria com destaque, por exemplo, para o Parque Verde da cidade de Leiria que tem sido muito procurado e que tem sido um sucesso também.

Área da Proteção Civil e Segurança, mencionei ainda há pouco que as dores de crescimento resultam em mais trânsito e também mais fenómenos de insegurança e nesta área também ultrapassámos aquilo que é as nossas competências, nós estamos a fazer este investimento de instalação de 61 câmaras de videovigilância só com o orçamento municipal porque hoje sabemos que temos de ter uma cidade mais protegida porque temos uma cidade que é invadida mais vezes não só pelos eventos, mas também por pessoas que não, não vivem cá, mas que procuram soluções de respostas, muitas vezes sociais ou de criminalidade no nosso território, portanto, temos de estar mais vigilantes daí a aposta nas câmaras de videovigilância e da criação da Polícia Municipal, não estava no nosso programa eleitoral,

mas percebemos claramente que tínhamos que investir nesta área e, portanto, o processo de criação da polícia neste momento ainda não tem autorização do Conselho de Ministros, mas quando tiver damos um passo para a sua criação.

Aqui a informação sobre as freguesias. Há aqui, nos últimos 3 anos houve, há um reforço para sermos uma câmara transparente obriga-nos a ter um regulamento e uma clareza relativamente àquilo que é a atividade de investimento com as juntas de freguesia, com o associativismo, com outros agentes e, portanto, a criação do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias e Uniões de Freguesia foi criado, foi assimilado, foi concretizado com mais burocracia, com mais chatice, mas hoje estamos mais tranquilos e hoje as freguesias sabem o que é que é o apoio, o que é um contrato administrativo, quando é que têm que pedir, quando é que a gente tem que trazer à reunião de Câmara, à Assembleia, quando é que tem que enviar os pedidos de pagamento, os relatórios, se formos investigados ou inspecionados como já fomos estamos mais tranquilos. Isso resulta muito de comunicação entre as câmaras e as juntas, os nossos serviços têm melhorado bastante. Portanto, temos aqui algumas obras nas mais diversas freguesias, obras ou projetos que demonstram aquilo que é a evolução que temos feito naquilo que é o investimento em cada uma das freguesias, estão aqui algumas ilustrações, não é? Dos Milagres, o projeto Centro de Artes que é a adaptação de uma escola devoluta, portanto, a transformação de equipamento cultural ou a habitação de custos controlados no Coimbrão ou obra de melhoria na zona mais central da Caranguejeira e, portanto, algumas intervenções que estão aqui identificadas, a rotunda da Barosa que está para visto do Tribunal de Contas e, portanto, que irá no próximo ano iniciar a obra, uma obra significativa e importante e, pronto, estão aqui algumas ilustrações, não vou maça-los mais, acho que já estou a ser demasiado maçador.

No que diz respeito à questão da transparência de cidadania e participação, é por isso que também temos esta distinção, há um esforço para levar a vida da Câmara junto das pessoas, é por isso que temos a Câmara Aberta, vamos a cada freguesia explicar aquilo que é a nossa, a nossa obra, a nossa intervenção, a dinamização do Orçamento Participativo e o mais, a mais recente criação de um Programa Municipal para a Ética e Prevenção da Corrupção, é uma área que queremos também estar bastante interventivos, não é só o canal do hoje, aquilo que é a vivência nas organizações sejam elas públicas ou privadas passa cada vez mais por canais de denúncia para identificação de abusos e nós temos que conviver com esta nova maneira de estar e estar despertos para que se previna qualquer tipo de risco ou qualquer tipo de ilegalidade e esse esforço estamos a fazê-lo internamente e, portanto, é por isso que temos canal de denúncia para a corrupção e temos uma forte aposta naquilo que é a gestão destes riscos associados à problemática da corrupção. A situação financeira, para terminar, este é, de facto, também é obra, que é conseguir fazer

obra e ao mesmo tempo ter contas certas, nós temos um prazo de pagamento de 3 dias, isto é algo que deve orgulhar não só, havia muita gente que dizia "ah, quando, quando sair o Raul Castro e entrar o Gonçalo as contas voltam, porque é despesista e acaba as contas." O esforço que se tem, o esforço que se tem, não é que ninguém não fosse, há pessoal que sai e depois empurra, agora vai fazer o multiusos, agora vai fazer não sei quanto e, pronto, podia cair nessa ratoeira, não caí, não é? Não caí, porque houve quem caísse no passado e fez um estádio que custou 100 milhões de euros, não é? E nós estamos a pagar, não é? E há quem diga "Faz o topo norte", bem, faz o topo norte, mas depois quem paga não sou eu, somos todos nós, são 17 milhões de euros, que é o somatório que vamos gastar em 3 anos em educação, não é? Se me perguntarem "Ah, topo norte ou escolas?" Escolas, e nós vamos deixar o nosso parque educativo ao fim de uma década, e a gente sabe como é que pegou, e quando terminar este mandato vamos ter um panorama de parque educativo totalmente diferente e, portanto, começámos quando entrámos na câmara com 108 milhões de euros de dívida, sendo a principal a dívida bancária por causa do estádio e em outubro de 2024, portanto, nesta altura temos uma dívida de 9 milhões de euros, 9.600 milhões de euros, portanto, sempre a baixar, temos uma situação financeira muito boa no panorama, no panorama nacional que é transmitido pela Ordem dos Contabilistas, há quem olhe para o copo meio cheio, o copo mais vazio, a gente já sabe com uma câmara que tem este desempenho financeiro que é extraordinário há quem olhe só para a parte da receita "Ah, cobrou mais impostos", nós não aumentámos uma única taxa, uma única taxa, crescemos, tivemos mais imobiliário a ser transacionado, aumentou o IMT, temos valorização dos imóveis, tivemos mais IMI, pior era se fosse ao contrário, é que se tivesse aumentado para o aumento das taxas, as taxas não aumentaram, aumentámos foi a nossa riqueza, essa riqueza que é aumentada, a receita, serve para suportar todo o investimento que temos feito até agora, mais estradas, mais escolas, mais cultura porque não se conseguia e com isso mantemos as contas certas. O aumento da receita que se regista na última década de impostos permite-nos investir sem pôr em causa as contas futuras, portanto, 6º concelho em equilíbrio orçamental, 7º no ranking global dos grandes municípios e é o 10º município que mais abdica de receita de IMI, o facto de nos colocarmos na taxa mínima, nós devolvemos aos munícipes 8,9 milhões de euros, ou seja, se nós algum dia tivermos necessidade de ter dinheiro anualmente aumentamos a taxa de IMI e podemos encaixar este montante, uma solução extrema em que precisamos de receita temos esta bolsa, nós abdicamos dela, não precisamos e, portanto, muitas vezes não é reconhecida esta poupança, mas ela é evidente. Muito obrigado, senhor Presidente e lamento ter estendido o meu tempo, muito obrigado."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, também, senhor Presidente pela sua apresentação.

Mimetizando aquilo que foi nos anos anteriores o debate sobre o Estado do Concelho, nós vamos começar de forma crescente em relação aos grupos municipais sendo que damos ao IL 15 minutos, PCP 15 minutos, Bloco de Esquerda 15 minutos, CDS-PP/MPT 15 minutos, CHEGA 15 minutos, PSD 54 minutos e PS 99 minutos. Temos uma nova reconfiguração porque temos um deputado independente, deputado Hugo Morgado, e eu sugiro exatamente que se possa começar pelo deputado Hugo Morgado, a quem darei a palavra. É evidente que depois desta 1ª ronda eu aceitarei inscrições para uma 2ª ronda onde os senhores deputados se poderão escrever e depois fecharemos com uma intervenção por parte do senhor Presidente da Câmara. Assim sendo dou a palavra ao senhor deputado independente, deputado Hugo Morgado."

Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado - Independente

Transcrição:

"Boa noite.

Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, o senhor Presidente do Executivo e nas suas pessoas todos os presentes e todos os que nos acompanham à distância.

Esta será a última vez que intervenho politicamente sobre o Estado do Concelho por isso, vou-me permitir fazer uma abordagem mais como cidadão que sou e menos como político que não sou, e tendo agora o privilégio de ser o primeiro a intervir, e aquilo que eu posso prometer é que depois de mim será sempre a subir, será sempre a melhorar, mais do que abrir hostilidades vou procurar abrir caminho à reflexão porque não é possível discutirmos o Estado do Concelho sem primeiro e de uma forma auto responsável fazermos uma reflexão acerca de nós próprios e da política porque o estado de um território, de um concelho é antes de qualquer outra coisa o reflexo da política que fazemos e dos intervenientes políticos que temos e que somos e aquilo que iremos com certeza aqui assistir será por um lado o Executivo a fazer aquilo que já teve aqui a fazer, uma ode à sua governação, o que é legítimo, e, com certeza que alguns aspetos será até correto e acertado. Não me, não me cai nada muito sinceramente, não me cai nada se admitir que o concelho tem vindo a evoluir, sinceramente a concorrência para trás também era pouca, para lá de quaisquer cores partidárias consigo reconhecer o carácter, a competência e até a dedicação das pessoas que integram este Executivo, para além de todas as outras que compõem os vários setores da Administração Local, mas isso não invalida as críticas que tenho feito e que mantenho às políticas prosseguidas pelo Executivo, nomeadamente quanto às prioridades e estratégias para Leiria. Por outro lado, teremos a dita oposição a criticar isto, aquilo, o que foi feito, como foi feito, o que devia ter sido feito de forma diferente e o PCP votar contra, todos, inevitavelmente, acossados pelo que virá em setembro de 2025. Vamos ouvir falar do rio Lis, das festas e eventos, reconciliações de

contas de água e saneamento, transportes, da habitação, dos impostos, eventualmente das (gravação impercetível) e do estádio, do terminal rodoviário, da saúde, urgências, maternidades, da segurança, etc., tudo críticas legítimas, mais ou menos fundamentadas e mais ou menos justas. Sem querer entrar por esses temas que já estão demasiado mastigados, há um ano discutíamos o Estado do Concelho e alertei para a vergonha que era uma mulher grávida, repito, uma mulher grávida, não uma pessoa grávida, de Leiria ter de ir dar à luz a Coimbra, populista, alarmista e mais não sei o quê. Certo é que algum tempo depois, o senhor Presidente foi ainda mais longe e que daqui a pouco teriam de ir nascer a Espanha. Da mesma forma também algum tempo antes, no jeito populista, radical e extremista que me caracteriza, alertei nesta Assembleia para os problemas e exigências ao nível da segurança em Leiria trazidas pela nova dinâmica e realidade demográficas, aqui d'el Rei, caiu o Carmo e a Trindade e isto e aquilo, pois bem, parece, e a última Assembleia foi um bom exemplo disso, que já se pode finalmente falar em abordar essa temática, mas mais do que ter razão alegra-me o facto de podermos abordar esse e outros assuntos sem preconceito porque Leiria e os leirienses precisam e merecem que o façamos, mas recuperando o que estava a dizer, o Estado do Concelho reflete inevitavelmente o estado da política atual e olhando para cima, para Lisboa, o exemplo não é bom nem é mau, é péssimo, um poder político central ocupado com politiquices, jogos de poder e (gravação impercetível) para não dizer outra coisa, de forma completamente egoísta, irresponsável e alheada, e alheada da população e das suas reais necessidades, é um problema transversal, sistemático e que corrói a própria democracia e para mais quando todos, todos têm responsabilidade nos problemas da população por aquilo que fizeram, por aquilo que não fizeram ou pelas soluções que não apresentam, quer por desatenção, quer por incompetência. Passam a vida a discutir a espuma dos dias preocupados com os focos da luz aqui e ali que vão surgindo na ribalta enquanto na sombra os cidadãos, os leirienses neste caso, vão definhando vivendo com os problemas reais do dia a dia que não conseguem ver resolvidos, mas o povo é sereno, portanto, é só fumaça e é por isso que não me canso de exaltar a importância da descentralização porque enquanto outros brincam aos políticos e à política cabe ao poder local, a todos nós, às autarquias, às freguesias dar resposta aos problemas reais da população. Neste contexto de degradação e descredibilização do sistema político a descentralização permite mesmo garantir e resgatar a democracia reaproximando a política dos cidadãos, uma democracia mais próxima e direta em que os eleitos conhecem e sentem, de facto, os problemas das pessoas e os problemas com que os leirienses se deparam dia a dia são muitos e amplamente conhecidos desde aqueles de maior dimensão tipo saúde, segurança, educação, justiça, mobilidade, ambiente, etc. até ao simples passeio ou buraco na estrada. Problemas muito distintos de natureza e dimensões diferentes, mas que a meu ver todos têm uma solução



em comum, a descentralização, mas não aquela descentralização malparada pelo Governo anterior que transformou as autarquias em tarefas e bodes expiatórios do poder central, não basta dizer façam nem atribuir as competências são precisos os meios porque competências, know-how, conhecimento dos problemas das pessoas e do território, as autarquias e as freguesias regra geral têm de sobra. Podemos discordar de medidas, criticar estratégias e prioridades etc., mas todos nesta casa devíamos lutar por uma efetiva e adequada descentralização para que se possam resolver muitos dos problemas que aqui serão trazidos porque com as competências e os meios todos nós e os que nos seguirão poderão fazer mais e melhor pelo concelho e poderemos também exigir mais e melhor aos nossos eleitos locais. Eu sei que nem todos aqui querem a descentralização porque estranham tudo o que não venha do Comité Central, mas eu acredito até ao último dia que estiver nesta casa, continuarei a lutar por uma descentralização que valorize e dignifique o papel e as competências dos eleitos locais acompanhada da autorresponsabilidade e responsabilização das autarquias e freguesias. 50 anos depois de conquistarmos a liberdade e 49 anos depois de garantirmos a democracia, o poder, as autarquias e freguesias fora dos grandes centros urbanos, tipo Lisboa e Porto, continuam a ser vistos e tratados como os parentes pobres do sistema político democrático e dito isto deixo a minha crítica de hoje ao Executivo contra o Estado do Concelho, tinha de ser, é só uma, a de uma visão unidimensional, centralizadora e por defeito demasiado urbana ao nível da estratégia e das medidas de políticas públicas locais para o território de Leiria, concordamos em discordar. A meu ver, é preciso implementar no concelho de Leiria políticas públicas para se quisermos descentrar a descentralização em curso, se quisermos descentralizar o próprio território e isso faz-se com investimento e políticas locais a nível dos serviços públicos, saúde, educação, infraestruturas, transportes, acessibilidades, benefícios fiscais, PDM e até a cultura e comércio sob pena de estarmos a acusar a Administração Central de centralismo e depois cometemos nós próprios esse erro ao nível local dentro do concelho. Concentrar tudo ou quase tudo na malha urbana de Leiria é um erro porque por muito bonito que possa ficar na fotografia ou mesmo passar a imagem de uma aparente modernidade, acarreta também graves problemas que começam cada vez mais a ser notórios e cada vez mais sentidos pelos leirienses, nomeadamente ao nível dos transportes, acessibilidades, poluição, trânsito, habitação, etc. Há quem lhe chame dores de crescimento, poderíamos chamar também dores de falta de planeamento. Ficamos com uma cidade aparentemente moderna, verde e tecnológica, mas também cada vez mais inacessível e pese embora o exagero, cada vez mais inabitável face a todos os constrangimentos e dificuldades que cada vez mais começamos todos a sentir e, por outro lado, com o resto do concelho cada vez mais envelhecido, esquecido e isolado. Isto não é ficção, isto, não é demagogia, não é futurologia sequer é todo um cenário que já se começa a sentir de forma cada vez mais

acentuada em Leiria e que amanhã, se nada mudarmos e continuamos a seguir a mesma trajetória e a mesma estratégia, irá, com certeza, agravar-se tornando-se inoportável. Para terminar, não devemos ambicionar ser como os outros, ser como as grandes cidades, seja lá isso o que for, devemos sim ambicionar ser diferentes e sem medo ser melhores. No final do dia, se formos iguais às grandes cidades, não há porque os jovens e menos jovens, nomeadamente os mais qualificados, lembro-me dos professores e dos médicos, por exemplo, queiram vir fixar-se no concelho de Leiria, mas se formos diferentes e melhores, se tivermos algo mais para oferecer, qualidade de vida em todas as suas dimensões para proporcionar aos nossos habitantes, aí sim, seremos um concelho próspero, com mais investimento e criação de riqueza porque sem isso desenganem-se, não há políticas públicas nem redistribuição do quer que seja. Termino desejando a todos boas comemorações do 25 de Novembro. Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Telmo Marques - IL

Transcrição:

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, caros Deputados Municipais, estimados munícipes, senhores jornalistas e quem nos assiste lá em casa. Hoje, estamos aqui para apreciar o estado do nosso concelho, e é fundamental que o façamos com honestidade, transparência e responsabilidade. Como Liberais, acreditamos que a prosperidade de um município depende da liberdade individual, da eficiência na gestão pública, e de um executivo que promova a autonomia e capacidade de iniciativa dos cidadãos. Em Leiria, temos muito a valorizar, mas também muito a melhorar, e é nesse espírito de análise crítica e propositiva que gostaria de contribuir para o debate de hoje. Vamos falar de finanças municipais. Como bem sabemos, o Estado local financia-se principalmente através de receitas públicas como o IMI, a Derrama e outros impostos municipais. Compreendemos a necessidade de assegurar a viabilidade das contas públicas, mas isso não pode ser feito à custa da liberdade financeira das famílias e das empresas. O ano de 2024 foi de continuação de elevada carga fiscal no concelho, o que coloca um peso maior sobre aqueles que geram emprego e riqueza localmente. A Câmara mantém a taxa de Derrama em 1,5%, o máximo permitido, penalizando ainda mais o setor empresarial e reduzindo o incentivo ao investimento. Pergunto-vos: que mensagem estamos a enviar a quem quer investir em Leiria? Em vez de reforçar a atração de novas empresas e talentos, estamos a criar uma barreira. A redução gradual da Derrama incentivaria novas empresas a estabelecerem-se no concelho e ajudaria as empresas atuais a expandirem-se, gerando emprego e aumentando a riqueza de forma sustentável. O papel do município não é arrecadar o máximo possível; é arrecadar o necessário, sem comprometer a capacidade de crescimento da economia local.

Em relação à eficiência dos serviços públicos, há muito a fazer. A burocracia é um entrave ao desenvolvimento do concelho e uma fonte de frustração para os cidadãos e para as empresas. Leiria continua a ser um dos municípios onde obter licenças para obras, aberturas de estabelecimentos ou simples serviços administrativos demora demasiado. A simplificação dos processos administrativos e a digitalização plena dos serviços municipais é essencial para a competitividade do município. Uma Câmara Municipal eficiente é um município mais atrativo para pessoas e empresas.

Em termos de desenvolvimento urbano e habitação, estamos num ponto crítico. Leiria tem enfrentado um crescimento urbano mais-ou-menos desordenado. As queixas sobre os problemas de trânsito, especialmente no centro da cidade, e sobre a escassez de habitação acessível para todos, são recorrentes. Precisamos de um Plano Diretor Municipal que responda a estas realidades de forma mais eficaz, que pense numa Leiria do futuro, integrada e sustentável, e não numa cidade pequena que começa e acaba no centro histórico.

São necessárias políticas de simplificação, que removam barreiras desnecessárias na construção e incentive a recuperação de imóveis devolutos e que potenciem o arrendamento ou venda a preços justos. Queremos menos dependência do investimento público, e mais liberdade para a iniciativa privada, para que a habitação se torne uma realidade para todos.

No tema da segurança, ainda se pode dizer que Leiria é uma cidade segura, mas o desinvestimento na área preocupa-nos. Enfrentamos desafios com a segurança em áreas urbanas e rurais, onde o policiamento preventivo e a presença das forças de segurança são insuficientes. A criação de uma polícia municipal, ainda que bem intencionada, é claramente insuficiente para o problema, pese embora estar a ser divulgada pelo executivo como se se tratasse de um reforço à PSP, pouco mais autoridade têm senão fazer cumprir os regulamentos municipais. É um placebo caro para recursos públicos escassos, que se querem bem geridos.

A liberdade de escolha educativa é outro tema que nos preocupa. Cada família deve poder decidir qual a melhor educação para os seus filhos, sem estar limitada a uma rede pública ou privada. Em Leiria, devemos continuar a apostar num sistema educativo que incentive a excelência e que prepare os jovens para o futuro. Devemos incentivar o ensino diferenciado, orientado para as necessidades do mercado e para o desenvolvimento de competências práticas e digitais. Para além disso, é fundamental promover programas de formação contínua para professores, garantindo que as novas metodologias e tecnologias chegam às salas de aula, preparando os alunos para um mundo em constante evolução.

O acesso à saúde é uma questão fundamental, mas, em Leiria, há ainda muitas barreiras que impedem os cidadãos de obterem cuidados de qualidade e em tempo útil. As filas de

espera nos centros de saúde e o tempo prolongado para conseguir uma consulta especializada são problemas que exigem uma resposta célere. Não sendo das principais competências de um município, Leiria tem feito alguns esforços para colmatar as falhas dentro daquilo que é possível fazer localmente, o que vemos com bons olhos. No entanto, não posso deixar de dizer a alternativa que defendemos: um modelo que permita a colaboração entre o sistema público e privado de saúde, com o município a incentivar parcerias que permitam, por exemplo, que os utentes possam ser atendidos em clínicas privadas sempre que o sistema público se revele insuficiente.

Por último, mas não menos importante, quero falar sobre a liberdade de escolha e o empoderamento das comunidades. Acreditamos que os cidadãos devem ter uma palavra a dizer na alocação dos recursos municipais. Um exemplo disso é o orçamento participativo, que tem sido tratado como uma mera formalidade, sem impacto significativo na vida das pessoas. Precisamos de um orçamento participativo inclusive, transparente e descentralizado onde os cidadãos possam propor, debater e decidir sobre os projetos que consideram prioritários para as suas freguesias. E aí pedimos para ir mais além: a descentralização de poder e o fortalecimento das juntas de freguesia. Quem melhor do que as comunidades locais para saberem o que precisam? Pedimos que a Câmara delegue mais competências e mais recursos para as juntas de freguesia, permitindo-lhes agir de forma mais autónoma, sem dependerem de decisões centrais que, muitas vezes, não refletem a realidade e as necessidades locais.

A responsabilidade de transformar o nosso concelho cabe a cada um de nós. E isso começa com a coragem de assumir o que não está bem, de aceitar novas soluções, e de dar voz aos nossos cidadãos.

E permitam-me, antes de concluir, fazer uma breve menção ao 25 de novembro, que se aproxima. Esta data recorda-nos a importância de defender os valores da liberdade e da democracia, pilares fundamentais do nosso país. Que o espírito dessa data, tão próximo, nos inspire a trabalhar por um concelho, país e mundo mais justo, próspero e livre para todos. Muito obrigado a todos.”

Intervenção do senhor deputado Nuno Violante - PCP

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me cumprimentar na sua pessoa todos os presentes e todos aqueles que nos ouvem ou vêm nas plataformas digitais.

A realidade impele-nos a manter a denúncia do verdadeiro quadro das condições de vida material de grande parte dos trabalhadores do concelho, que não encaixa no cenário idílico da Leiria virtual promovida pela Câmara.

Assim, temos de reiterar que o salário médio no concelho continua inferior ao salário médio nacional. Os baixos salários e a precariedade laboral continuam a caracterizar económica e

socialmente Leiria, território onde aumentam as dificuldades para muitos, como atestam as diversas organizações de solidariedade social que intervêm no terreno, onde, como no resto do país, se é pobre trabalhando e muitos trabalhadores imigrantes vivem ainda com maior fragilidade.

A Câmara, sempre lesta a dar a mão aos empresários – coisa que não criticamos se forem Micro Pequenas e Médias Empresas – nunca arranja vontade para falar com as organizações representativas dos trabalhadores e muito menos para as pôr a intervir nos diversos foros de conversa que a Câmara organiza – e isto, sim, já criticamos. Seria bom que se entendesse que não há empresas sem trabalhadores, nem desenvolvimento sem trabalhadores valorizados.

Aumentar os salários é uma necessidade também em Leiria, de que as empresas têm de estar cientes, esperando-se da Câmara a solidariedade com a luta dos trabalhadores pelo nobre objectivo de melhores salários e pensões e mais e melhores serviços sociais públicos. O acesso à habitação está numa situação crítica. Há cada vez mais famílias a enfrentar dificuldades para encontrar casa a preços compatíveis com o rendimento que têm disponível. São muitos os trabalhadores, com ou sem família, forçados a viver em quartos ou em casas partilhadas, não poucas vezes em edifícios sem condições.

Leiria precisa de habitação produzida pelo Estado para que a generalidade da população possa aceder, com preços suportáveis, a um lar digno, como determina a Constituição e é prática em países mais avançados. A Câmara deveria trabalhar neste sentido, mas o que se vê é a inacção.

Por isso daqui saudamos os movimentos, nomeadamente o Porta a Porta - Pelo Direito à Habitação e a plataforma Casa para Viver pelas acções desenvolvidas neste último ano em prol do cumprimento do direito à habitação.

Apesar dos preços especulativos que se praticam na habitação e no comércio de lojas e escritórios, o PS, acompanhado do PSD, CDS, Chega e IL, mantém as isenções de taxas municipais, que até hoje não levaram à baixa do preço do imobiliário, só servindo para a acumulação extraordinária do capital.

É preciso atrair novas empresas para o concelho, incluindo de média e grande dimensão, e criar as condições materiais para as existentes, quando necessitam, se poderem expandir sem terem de mendigar soluções que passam pela violação do PDM sempre acompanhadas de medidas de excepção, que se prestam a fenómenos de dependência e promiscuidade inaceitáveis na sociedade democrática saída de Abril, com impactos ambientais e económicos intencionalmente não analisados.

Outro ano passou e não há novas zonas industriais preparadas. O Parque de Monte Redondo só agora está a avançar e nas outras áreas previstas no PDM nada está a acontecer. A

Câmara continua a não fazer o necessário para que elas se concretizem, sendo urgente agir, até por força da Linha e Estação da Alta Velocidade na área da Barosa/Carreira d'Água. A agricultura continua a ser esquecida, apesar das excelentes condições naturais para a produção de alimentos que o concelho detém e da importância estratégica da produção de bens alimentares. Do mesmo modo a floresta, se é que é assim que se pode falar do que existe, tal a degradação e proliferação do eucalipto, com as severas consequências no flagelo anual dos incêndios e na perda de biodiversidade. A Câmara encolhe os ombros como se nada tivesse que ver com o assunto.

Intensificou-se a promoção do modelo de urbanismo comercial baseado em grandes e médias superfícies dos monopólios de distribuição, asfixiando-se ainda mais o espaço do pequeno comércio local independente sacrificado no altar do neoliberalismo, cujo definhamento é visível por todo o lado.

A Câmara de maioria PS, nestas matérias capitais em nada se distingue do PSD, CDS, Chega e IL, como nos lembrou o Sr. Presidente de Câmara, na abertura do estabelecimento de uma multinacional espanhola do retalho, adicionalmente prestando-se, com a totalidade da sua equipa a tempo inteiro e num acto indigno para o Município e de legalidade duvidosa, a ser agente publicitário dessa mesma empresa, como ficou para memória futura impresso em páginas de jornal.

Assumindo que é o mercado que tudo deve determinar, a Câmara permite barbaridades urbanísticas e de mobilidade a estes conglomerados da distribuição, como se vê agora na zona do Casal do Cego/Vale Sepal, em cima dum nó complexo do IC2.

Em contraste, continuamos sem medidas para revitalizar o comércio local de rua e apoiar o pequeno comércio o que, como denunciam os comerciantes instalados no edifício da Rodoviária, se comprova na falta de apoio e solidariedade da Câmara. Devemos dizer que antes pelo contrário, quer pelo assumido acarinhamento à grande distribuição, quer pela regular perturbação do normal funcionamento do centro da cidade.

Centro da cidade saturado com os chamados eventos promovidos ou acarinhados pela Câmara que ensarilham o regular fluir da vida urbana e infernizam a vida dos que lá habitam ou trabalham. Está claro, mas a maioria PS não quer saber, que o centro da cidade não pode ser um parque de diversões. O uso lúdico extraordinário do centro deve ser feito com conta, peso e medida.

A aposta desproporcionada em festas e eventos não resolve os problemas estruturais da cidade ou do Pedrógão e produz anualmente quantidades assinaláveis de resíduos não recicláveis. Enquanto se canalizam recursos substanciais para estas actividades, áreas essenciais na promoção da qualidade de vida são negligenciadas ou tratadas sem a premência que se impõe. A população precisa de políticas que privilegiem o bem-estar colectivo e não apenas de acções que promovem imagens efémeras.

Não nos esqueçamos de Monte Real e do seu potencial, em contraste com a Câmara que não lhe dá o relevo que as suas gentes e o concelho precisam que tenha. É a política do deixa andar, política local de direita, protagonizada no passado pelo CDS e PSD e hoje pelo PS.

A Estação de Caminho-de-Ferro de Alta Velocidade vai abrir a capacidade de atracção de Leiria a muitos que trabalham na Grande Lisboa. A pressão no acesso à habitação, as infra-estruturas e serviços públicos podem vir a aumentar significativamente num horizonte de 10, 15 anos. Esta perspectiva obriga a uma reavaliação do que existe e ao estudo prospectivo das novas necessidades.

Já se deveria estar a trabalhar, nomeadamente a fazer o ponto da situação da reabilitação urbana, a estudar áreas de expansão de tecido urbano (edificado e espaços de jardim e naturais), nas novas necessidades de equipamentos públicos de educação, saúde, cultura, desporto, lazer, sistema de transportes local, abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos urbanos e na requalificação do espaço público e ambiental.

Também aqui é imprescindível o planeamento e ordenamento, tudo o que não acontece porque a Câmara e o seu presidente entendem que o liberal mercado e o logo se vê é que valem.

Neste último ano muito pouco se fez para combater o gravíssimo défice de qualidade do espaço público e das infra-estruturas municipais na vasta Zona Urbana de Leiria, em Monte Real e na Maceira, a exigir avultados investimentos, planeamento rigoroso, participação popular e boa concepção e execução. O novo espaço público criado é tão só o restolho das intervenções urbanísticas privadas.

A cidade e o concelho em geral continuam claramente desequilibrados quanto ao investimento e à intervenção municipais, deixando bairros onde residem milhares de pessoas desqualificados, sem investimento, em degradação, quase ao abandono. Estamos muito longe de iniciar o processo de combate às assimetrias no território. O Município tem de assegurar às áreas desfavorecidas (bairros urbanos e aldeias), onde vivem milhares de pessoas, os investimentos e a intervenção geral que garantam qualidade de vida para todos.

Contentemo-nos, contudo, porque com eleições à vista não há-de faltar alcatrão, como sempre.

Permitam, a propósito de tudo isto, que cite extractos de um texto publicado na Revista Desafios da NERLEI n.º 27, de fevereiro de 2007

«Os desequilíbrios são geradores de insegurança e de falência, a médio prazo, de qualquer investimento ocasional»

«Nos espaços (...) traçados de novo não haverá desculpa para não se projectar uma rede de transportes desafogada, ou garantir espaços atractivos de lazer e de preservação ambiental, ou ainda de desenhar harmonicamente as tipologias de serviços e de residência.»

«Quando se fala em desenvolvimento urbano há que ter presente duas perspectivas: a revitalização do legado do passado e a previsão do futuro. (...) a organização das cidades e o seu desenvolvimento terão que estar, forçosamente, ligados ao planeamento, sob pena de colapso estético e de bem-estar.»

Foi seu autor o Dr. Acácio de Sousa, então presidente da direcção da ADLEI e hoje líder da bancada do PS.

Havendo coerência das ideias, cremos que está de acordo connosco.

No ensino temos de destacar a insuficiência de investimento nas escolas do 1.º ciclo e, de modo acrescido, em jardins-de-infância, que permanecem desactualizados e em défice para as exigências actuais na Educação. Estes equipamentos não dispõem de condições físicas nem de recursos para garantirem ambientes seguros, motivadores e inclusivos para as crianças e em vários casos nem reúnem condições para o cumprimento dos currículos escolares.

No que ao direito à mobilidade e ao transporte diz respeito, está muito por fazer. O transporte rodoviário individual intensifica-se porque as pessoas não têm alternativa a isso, com custos para a sua qualidade de vida e pesados custos colectivos. Precisa-se com urgência de ter uma rede de transportes públicos colectivos eficaz e precisa-se de estacionamento público nos bairros e para servir zonas de actividade económica intensa. Há um ano arrancou a ligação rápida à Marinha Grande, passado este tempo não conhecemos nenhum relatório de análise.

A situação ambiental continua grave e nada se fez neste ano para a melhorar. Assim o revelam as análises consecutivas à qualidade da água do Rio Lis e do Rio Lena nos troços urbanos (e como será a dos outros cursos de água?). Assim o provam a proliferação descontrolada, mesmo nos espaços municipais, de espécies infestantes, a perda da biodiversidade e a falta de medidas de protecção das espécies autóctones, o ruído constante, a poluição atmosférica, a perturbação permanente do centro da cidade.

E continua a não haver solução para a poluição das águas, dos solos e dos aquíferos e os maus cheiros com origem nos efluentes suinícolas. As anunciadas soluções de iniciativa privada talvez apareçam um dia, numa manhã de nevoeiro, mas as promessas de ter o problema resolvido até ao final deste mandato ficaram enalhadas num qualquer recanto, promessas apenas.

Continuamos sem políticas municipais para a cultura e o desporto. Há associações e outros agentes que se queixam de critérios de apoio diferenciados, alerta que temos de trazer

aqui. Não é de somenos que Paulo Lameiro, antigo coordenador executivo da Rede Cultura tenha declarado ao Jornal de Leiria (edição de 7 de março deste ano) que «a cultura não é prioridade nem importante» para o que apelida de «classe política» e «classe económica». Fique claro que são muito importantes, a cultura e o desporto, para o PCP e a CDU.

Com o mandato a terminar, esfumaram-se outras promessas pomposamente anunciadas e propagandeadas a peso de muitos euros. Quem se lembra, por exemplo, do pavilhão multiusos ou do centro tecnológico no Topo Norte do Estádio?

O futuro vai continuar a ser um vazio de soluções concretas. O executivo municipal fica-se pelas proclamações quando os leirienses precisam de acções.

Leiria precisa de uma política com outra visão para o seu desenvolvimento, que esta Câmara é incapaz de oferecer. Mudar de caras e siglas não basta, é preciso mudar de rumo, uma mudança essencial, no sentido de Abril. Disse. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha - BE

Transcrição:

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara permitam-me que nas vossas pessoas cumprimente todos os presentes e todos aqueles que nos assistem em casa.

*Senhor Presidente, isto poderá parecer um bocado antes de iniciar a minha intervenção, poderá parecer um bocado caricato, mas curiosamente há dois dias atrás uma conhecida minha encontrou-me na rua e estava-se a queixar porque tinha sido atropelada por uma bicicleta no Polis, como é óbvio foi para casa meter Betadine e, pronto, não estou, não ponho em causa a virtude, a verdade é que isto aconteceu mesmo e agora, curiosamente, o senhor Presidente deu ênfase que não tinha havido nenhum acidente, houve pelo menos um **(Presidente Câmara Municipal – Mas não foi para as urgências do hospital?)** Não foi para as urgências, claro, pôs Betadine em casa.*

Exmo. senhor Presidente, nesta discussão sobre o Estado do Concelho irei resumidamente falar sobre alguns pontos que nos parecem serem os mais relevantes e problemáticos que assolam o nosso concelho. Serão eles a saúde, habitação, transportes.

Assim, no que à saúde diz respeito:

Celebrou-se este ano 50 anos do 25 de Abril, e uma das suas maiores conquistas foi o Serviço Nacional de Saúde (SNS), como reconhecido por todos, e os Leirienses certamente também concordam. Contudo concordarão também que hoje o SNS está doente e veem a qualidade dos cuidados de saúde prestados na região e no concelho a deterioram-se de dia para dia.

Uma das causas desta deterioração reside num fator que pouco ou nada é falado, ou conhecido, pela população, pois na verdade tem uma grande componente técnico/burocrata e o que os Leirienses querem é ter médico de família e urgências a funcionar.

Falamos das ULS (Unidades Locais de Saúde), criadas na vigésima quinta hora do anterior Governo PS que, contrariando o seu programa eleitoral (que previa a implementação dos Sistemas Locais de Saúde), optou por este modelo organizativo sem qualquer estudo independente e idóneo que as sustente como uma mais-valia.

Todas as vicissitudes que a implementação das ULS poderiam trazer ao concelho foram atempadamente denunciadas pelo Bloco de Esquerda nesta Assembleia Municipal no dia 16 de Dezembro de 2022, designadamente o aumento do número de urgências; aumento no número de hospitalizações desnecessárias; estagnação do tempo médio de espera para acesso a cirurgias programadas; menor proporção de cirurgias de ambulatório em relação ao total de cirurgias realizadas, isto de entre muitas outras que saíram das conclusões do projetos piloto de Matosinhos.

Mas mais, também foram amplamente fundamentadas e explicadas pela "Comissão de Profissionais dos Cuidados de Saúde Primários contra a ULS da Região de Leiria", subscrita por mais de 350 profissionais, que reuniu o Presidente Gonçalo Lopes em 24 de fevereiro de 2023.

Na região de Leiria, criou-se a ULS da Região de Leiria (ULS RL), fundindo sob a mesma entidade gestonária os Cuidados de Saúde Hospitalares e os Cuidados de Saúde Primários (CSP), sob o pretexto de melhorar a qualidade de prestação dos cuidados de saúde, através de uma burocrática e apenas estética "integração" de cuidados, e em que estado é que estamos:

- O Regulamento Interno da ULS RL que deveria ter sido produzido até 08 de março de 2024, só foi enviado para aprovação no passado dia 17 de outubro de 2024, 7 meses depois!!!;

- Este Conselho de Administração, reiteradamente, tem falhado o pagamento do trabalho realizado pelos vários profissionais de saúde e não reconhece os descansos compensatórios devidos;

- O Concelho de Administração falhou na gestão das escalas de urgências, como ficou patente no passado verão, em que o Serviço de Urgência de Ginecologia e Obstetrícia esteve 17 dias consecutivos encerrado. Um recorde histórico.

- A Associação Nacional de USF (USF AN) faz anualmente um inquérito ("O momento atual da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários em Portugal 2023/2024") a todos os coordenadores de USF do país para efeitos de avaliação. No último inquérito, referente a 2023/2024, cujo relatório foi apresentado no passado dia 14/10/2024, das 39 ULS do país, a ULS RL foi a que pior avaliou a atuação da sua ULS com (89.5% insatisfeito ou muito insatisfeitos).

Perante este cenário catastrófico resultante da implementação da ULS RL o que fez o executivo Camarário, designadamente o nosso presidente que preside igualmente a CIMRL

- Em relação ao Conselho de Administração da ULS RL, falhou em nomear um vogal que representasse os interesses do nosso Concelho de Leiria, como aliás seria legalmente o seu dever, ou seja demitiu-se de representar as preocupações das populações. (Artigo 69º, nº2, alínea b) do DL nº52/2022, de 4 de agosto)

- No rescaldo do caos vivido nas urgências no Verão, em agosto a CIMRL anunciou a criação do "Focus Grupo Independente" com a intenção de, em 60 dias, criar um documento estratégico para as urgências.

Sr. Presidente, já temos relatório? Já foi enviado aos responsáveis da ULSRL e Ministra da Saúde como era o seu propósito? É que nós, aqueles que não tem assento na CIMRL, andamos sempre às cegas relativamente ao que lá se passa.

- No que concerne à carência de médicos, criou-se um "Regulamento da Bolsa de Formação da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL)" que, sendo uma iniciativa positiva, é discriminatória e insuficiente, pois destina-se apenas a médicos de família, esquecendo os restantes médicos hospitalares, vivendo muito deles uma conhecida sobrecarga de trabalho, especialmente no serviço de urgência, "um ambiente de guerra" como já descrito por alguns profissionais;

- Em relação aos profissionais de Saúde Pública, continua a falta de capacidade de resolução de atribuição de um espaço digno para que estes possam desempenhar as suas funções de forma eficiente e digna, que libertaria espaço para que as Unidades de Saúde Familiar do Centro de Saúde Dr. Arnaldo de Sampaio pudessem melhorar a sua atividade assistencial e acolher novos médicos de família.

- Este executivo em vez de ter a proatividade de reunir com os coordenadores das unidades de saúde de Cuidados de Saúde Primários do concelho de forma a conhecer quais as suas reais carências e dificuldades, decidiu apostar no Projeto Bata Branca em que se contratam médicos que em alguns casos não realizam consultas a grávidas e crianças.

Ou seja, um trabalho de menor qualidade, não estruturado e sem vínculo ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), mas que é muito melhor remunerado: 40€/hora, dos quais 17€ são assegurados pela autarquia. Pagar melhor por um trabalho pior.

- Por fim, neste contexto, é preocupante a disseminação de entidades prestadoras de cuidados de saúde privadas no concelho quando a carência dos serviços públicos é gritante. Temos neste momento 3 grandes unidades hospitalares em final de construção:

CUF, Hospital da Luz e Beatriz Godinho, acredita o Sr. Presidente que os médicos que irão prestar serviço nestes hospitais virão todos de Coimbra? É obvio que não, Leiria não escapará à "fuga" de médicos do SNS para estas unidades privadas.

Se o estado atual da Saúde no concelho é mau, por tudo o que se deixou exposto, é bem possível que este piore nos próximos tempos.

Fizemos o nosso trabalho quando em 2022 denunciámos o modelo falhado das ULS. E que o tempo e a realidade infelizmente nos deram razão.

Pelo que, denunciamos hoje, uma vez mais, os riscos sérios das USF Modelo C para o SNS em Leiria!

Já no que à habitação diz respeito:

Há dois anos, em idêntica sessão sobre o estado do concelho, vim chamar a atenção para a necessidade de aprendermos com as lições de graves acontecimentos que até então tínhamos vivido, como os incêndios de 2017 e a então recente pandemia.

Realçava o facto de não podermos continuar a usar o território como se ele fosse um bem inesgotável que suportasse todos os desvarios, todos os disparates que nele quiséssemos fazer.

Também alertava para o perigo das consequências nos entrarem porta dentro caso não o fizéssemos.

Hoje tenho que admitir humildemente que fui demasiadamente otimista. Na verdade, não há qualquer interesse em aprender.

Quando ouvimos um responsável autárquico regozijar-se por Leiria ser um dos Concelhos onde mais se emitem licenças de construção, isto quando a realidade nos mostra que no país foram detetadas 735 mil casas vazias, só podemos concluir que se ignora a importância do ordenamento do território e os perigos que inevitavelmente decorrem do seu uso desordenado.

Acredito que o Sr. Presidente, como todos nós, se tenha comovido com as recentes tragédias de Valência e Málaga, mas ...

Quando lemos que no jantar-conferência da Associação Regional dos Industriais de Construção e Obras Públicas de Leiria e Ourém (Aricop) se associa com total despudor, a oferta de habitações a preços mais acessíveis a uma inevitável redução de qualidade, interrogamo-nos se é por acaso que se ignora que, no âmbito da União Europeia, Portugal é o segundo país que "tem mais população a viver em condições habitacionais indignas" (Habitação na Europa-2022, Eurostat).

Péssima eficiência energética, infiltrações, humidade e outros problemas estruturais, afetam uma grande percentagem da população portuguesa.

Mas bastou que sentíssemos um tremorzinho de cinco pontos qualquer coisa para que a comunicação social corresse a ouvir a Ordem dos Engenheiros apelar... a uma maior exigência na qualidade da nossa construção.

Aumentar a ocupação do espaço com construção, reduzir a sua qualidade e edificar bairros sociais não é o caminho para resolver o problema da falta de habitação.

Esse caminho passa pela recuperação, pelo restauro e por opções políticas que interfiram com um mercado sem rei nem roque (ao contrário do que se passa em grande parte dos

países da União Europeia), o tal mercado que é suposto nunca falhar, mas que raramente acerta a não ser para alguns.

Permitir desnecessariamente a impermeabilização dos solos, ser indiferente às consequências dos fenómenos extremos (mais de 68 mil mortes na Europa no verão de 2023), assistir com indiferença a nova subida da emissão de gases com efeito de estufa e permitir sucessivas alterações do estatuto dos terrenos porque não se sabe o que fazer com a pequena e média agricultura, com a pastorícia e com a floresta, ou porque se finge ser muito amigo do ambiente construindo parques fotovoltaicos à custa da destruição da floresta, tudo isto é escancarar as portas ao desastre.

Permitam-me aqui um parêntese sobre a criação de parques fotovoltaicos: usem os telhados, pelo menos garantam que todos os edifícios públicos tenham autoprodução de energia.

As autarquias locais têm alguma margem de manobra neste amontoado de problemas? Claro que sim! E aqui não posso deixar de voltar ao tema da organização dos transportes públicos.

É que, no que aos transportes públicos de passageiros diz respeito confesso que não consigo deixar de sentir uma profunda indignação, um sentimento de total impotência face ao que se passou com a concessão deste serviço a terceiros.

Senão vejamos:

Este executivo encomendou um estudo de reflexão estratégica que refere:

"Leiria, tem já dimensão bastante para possuir a sua própria empresa de transportes públicos, que dependa do Município e em relação à qual este possa tomar todas as decisões que considere estratégicas sem estar sempre dependente de negociações pontuais" - in Leiria 2030 Documento de Reflexão Estratégica – Câmara Municipal de Leiria, Coordenação de Carlos André, pág.78

Leiria está a construir um novo e moderno terminal rodoviário;

Contudo deixa passar a oportunidade única de chamar para si a gestão dos transportes públicos de passageiros adquirindo uma frota de cerca de 18 autocarros, incluindo ainda postos de carregamento, por apenas € 1.690 (um milhão seiscentos e noventa mil euros). Uma benesse com um lucro líquido garantido de 9,1%, que a câmara deu de mão beijada a terceiros.

*E tal constatação de dinheiro entregue a terceiros desnecessariamente é de tal maneira óbvia que o estudo de viabilidade económica refere *ipsis verbis*:*

"A introdução destes ajustes no modelo financeiro conduz a resultados bastantes próximos do ponto de vista financeiro, permitindo considerar que a operação em regime de operador interno deva ser avaliada de modo mais aprofundado num próximo concurso."

É a maior perda que este executivo, por pura passividade, irá deixar a Leiria, e, contudo, de nada se fala, nada se noticia, não há oposição nem contestação, o que é demonstrativo do estado a que chegámos.

Há alguns anos, numa entrevista sobre o estado das pescas realizada por Miguel Sousa Tavares, um pescador da Zambujeira do Mar resumiu numa frase que nunca mais esqueci e que cada vez mais me parece ilustrar o que se passa em Leiria, em Portugal e até no mundo, a situação desesperada que já então se vivia no seu setor; "estamos a rapar o fundo ao tacho".

Com o eterno dogma de estar a "criar riqueza", sacrificamos as consequências da "obra" ao retorno imediato que ela possa permitir. Não fosse o levantamento da população e teríamos grandes áreas do país esvandradas pela exploração do petróleo (lembram-se?), do lítio ou do gás-natural. Nessa altura e a propósito do que estava previsto para a Bajouca, alguém disse: "num país que traçou para si próprio metas ambientais ambiciosas, esta posição (a prospeção de gás natural) é um contrassenso".

Esse "alguém" era o dr. Gonçalo Lopes, presidente da Câmara Municipal de Leiria. E tinha razão. Era um "contra-senso" como o é a construção desnecessária, a alteração do estatuto de terrenos agrícolas e florestais, o corte indiscriminado de árvores, a desvalorização do transporte público coletivo.

Termino esta a minha intervenção que será a última nesta assembleia sobre o estado do concelho, pois para o ano em outubro estaremos em eleições e não é minha intenção voltar a candidatar-me, com os votos de que cada vez mais se crie em Leiria, em todo o concelho de Leiria, uma opinião pública forte, interessada e interventiva que exija estratégia e retire espaço aos interesses e à especulação.

Porque, como se dizia no documento estratégico que também aqui citei e que foi pago pela Câmara, "ser planeado pela especulação (...) é o mesmo que não possuir qualquer tipo de planeamento". Disse."

Intervenção do senhor deputado Manuel Carreira - CDS-PP/MPT

Transcrição:

"Estimados senhores Presidentes, individualmente cada um dos presentes e todos quantos se interessam pelo bem da nossa terra.

Manuel Carreira, Partido da Terra.

Gostaria, antes de mais, de dizer que o Dr. Gonçalo descobrir o valor da felicidade como algo importante é importante, é importante porque, de facto, nós na vida vamos fazendo o nosso processo e na educação esse é um dos aspetos fundamentais. Pertencer a esta Assembleia Municipal é quase como estagiário sempre, é um privilégio no ano em que celebramos 50 anos da democracia com o 25 de Abril e com o 25 de Novembro, um continuidade do outro com as suas diferenças, mas é um privilégio. Estar neste ano de

2024, no ano em que celebramos 500 quartas-feiras de vida saudável, que será na próxima quarta-feira, é um aspeto importantíssimo, a nossa cidade é talvez do país aquela que tem este tipo de atividade altamente saudável que iremos continuar e o convite, que não foi programado, está feito para todos na próxima quarta-feira, isto é cuidar da saúde mais do que mantas de retalhos que é o que estamos a fazer na saúde. No ano em que tivemos eleições legislativas, eleições europeias estarmos aqui todos também é uma coisa importante porém, um ano que não se via há muito, um ano de guerra, é contraditório com todos os valores do ser humano e nos dias de hoje não é aceitável começaria, dado que estamos a falar do Estado do Concelho, deixar um conselho com -s, em cada uma destas Assembleias, enquanto houver guerras como as que estamos fazermos um minuto de silêncio porque é muito grave o progresso, a evolução ser destruída, um ser humano contra outro ser humano, é um apelo que deixo a esta realidade. 2025 é, portanto, um mês, é, portanto, um ano marcado pela guerra e nós vivemos a guerra já aqui porque hoje a globalização e o sentimento da insegurança é como o sentimento da infidelidade, quando ele vem não conseguimos eliminar, diminui a intensidade, diminui em quantidade, mas ele neste momento está dentro de nós e é um grande risco. Simultaneamente era importante dizermos que a nível da paz e a nível da ecologia o Partido da Terra, naturalmente, tem estas vertentes, embora na Assembleia anterior tenha aparecido aqui um animalzinho de 4 patas o Partido da Terra continua a ser de 4 pétalas, portanto, não pertencia ao nosso coiso. Diríamos que uma das coisas interessantes que vamos ter no próximo ano serão o Parque Verde ou mais um parque verde que se vai chamar, penso que não Fonte do Pocinho, mas José Mattoso o que acho que é uma escolha extraordinária, um abade beneditino, as ordens religiosas sempre foram as fãs da natureza, as cultivadoras das grandes árvores e, portanto, José Mattoso um leiriense, um beneditino, se calhar, porém, não estaria, ele que foi um dos fundadores do Partido do Bloco e do Partido Livre, portanto, acho que um homem de espírito aberto estará, não estaria muito de acordo com o Dr. Gonçalo quando diz que, se calhar, a missa pertence à idade média, se calhar ele não estaria muito de acordo com isso, mas todos temos saídas infelizes, ok? Ok.

Na saúde gostava de dizer alguma coisa que acho que é importante, nós na saúde estamos a criar uma manta de retalhos, estamos quase a criar a imagem da ilha de Jesus Cristo que mais tarde se chamaria e se chama atualmente ilha Terceira, arranjos, arranjos, arranjos, arranjos, a saúde tem que ser vista longitudinalmente como a educação, tem que ser vista longitudinalmente, o que estamos a fazer é arranjos e, portanto, a saúde tem que ser também na parte da prevenção, nós continuamos a ter um risco permanente imediato de noite e dia das trotinetas, claro que isto tem a ver com legislações nacionais, tem a ver com muita coisa, mas não é aceitável o risco que nós todos os dias estamos a ver, penso que na pista do Polis também não houve nenhuma trotineta agora, mas, pronto, haverá. A

saúde tem que ser vista na alimentação, temos que investir muito na alimentação, na obesidade das crianças, isto é saúde, isto é prevenir a longo prazo, temos que ver também as crianças a gostar do ambiente, as nossas escolas têm espaços mínimos, mas têm para se fazer pequenos jardins para sentir que a criança pode crescer com as plantas que põe, mas não todas vão nesse sentido e há aqui professores, há aqui médicos e, portanto, sabemos que é assim. Não sendo competência da Câmara é dever da Câmara e de todos nós lutarmos mais pela segurança, as nossas estradas não têm passeios, não é aceitável os milhares de pessoas que durante todo o ano caminham para Fátima, especialmente não haver passeios, isto não é aceitável, penso que poderíamos investir mais nessa parte dado que os elevadores não nos conseguem levar a esses sítios. Também na saúde poderíamos pensar que, de facto, acabar estas Assembleias às 2 da manhã não é saudável, a maioria das, a maioria das Assembleias e dos distritos e dos concelhos que eu consegui detetar duvido, não encontrei nenhuma que acaba às 2 da manhã, portanto, eu penso que também não é saudável e podemos fazer alguma coisa e depende de todos nós.

Sobre os eventos partilho inteiramente aquilo que disse o PCP, hoje já falei do Bloco, já falei do Livre, agora do PCP, ok, e nós nem imaginamos festas como hoje, a quantidade de gente que está aí, é verdade, mas também não podemos imaginar quantas pessoas se fecharam mais dentro de casa porque a depressão, a ansiedade e a angústia que cria tanta festa são exatamente o oposto contrário, aquilo que os ingleses chamariam "Christmas Blues", o querer acordar só a meio de janeiro porque não suportam, cria altos níveis de depressão e ansiedade que nós vemos na saúde atualmente. Há um evento extraordinário que eu gostava de aqui trazer que é o Leiria sobre Rodas. Quem tem acompanhado, quase todos acompanhamos, tem havido grandes progressos na segurança, era aflitivo até há alguns anos ver as pessoas em cima e, felizmente, nunca houve grandes tragédias, portanto, acho que é de louvar esta parte da segurança que tem sido feita na, no Leiria sobre Rodas, mas a pedido de alguns habitantes da nova e da velha Leiria, o tuning a uns quilómetros de distância ficaria melhor, não é aceitável que as pessoas não possam ir para casa descansar, eventualmente trabalhar e o tuning perturbar tanto, portanto, fica aqui este pedido de o tuning ir para léguas de distância.

Finalmente, e na educação, gostaria de falar dos fogos, os fogos têm que ser vistos na prevenção a partir das crianças, da juventude tem-se feito grandes esforços nas juntas de freguesia a criar os grupos de prevenção, de controlo, mas tem que ser na juventude, tem que ser a partir dos jovens das escolas, eles no Verão podem ir pela floresta em grupos, podem namorar à vontade, mas acho que é o investimento tem que ser nos jovens e aí temos que dar mais autoridade aos professores também nessa área.

Finalmente, gostaria aqui de recordar uma vivência muito simples da nossa Assembleia de 16 de fevereiro aqui quando falei da necessidade de dignificarmos o nosso Jardim da

Saudade e o cendrário, e ao falar dos nossos 2,5 Kg, 3 kg finais pareceu-me ver uma agitação individual e coletiva e havendo índice de massa corporal, a dureza dos osso, etc. Ora, quero aqui dizer que com os diversos intervenientes o Jardim da Saudade está em vista de ser reformulado, dignificado e a respeito disto lembrei-me daquilo que nos dizia a nossa Diretora-Geral, que o Dr. Sales conhece e todos nós, na pandemia dizia "Não fiquem doentes", eu aqui diria "Não morram ainda", ok?

Finalmente, deixo, portanto, este desejo de que 2025 seja pela paz e nós temos um papel fundamental nessa área e deixo esta sugestão de enquanto houver guerras fazemos um minuto de silêncio pela paz porque hoje o mundo é pequenino, mas não é aceitável a guerra. Obrigado."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor deputado.

Em relação ao não ficar doentes, enfim, é difícil ou não morrer ainda mais difícil porque a gente não sabe quando morre, torna-se tudo muito difícil então.

Bom, eu vou passar a palavra então ao senhor deputado do CHEGA, Luís Paulo Fernandes, faz favor."

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes - CHEGA

Transcrição:

"Muito boa noite, senhor Presidente, muito obrigado.

Cumprimento todas as senhoras e senhores deputados, na sua pessoa cumprimento também o senhor Presidente do Executivo.

E aqui convocados para o devido registo e reflexão contra o Estado do Concelho é imperativo recomendar ao Executivo mais, muito mais e muito mais na segurança, todos conseguimos identificar a segurança como principal ou a insegurança problema do concelho de Leiria isto porque a maioria absoluta deste Executivo permitiu fazer ouvidos moucos aos conselhos do CHEGA, quem viu estas assembleias no início deste mandato e quem as vê agora, o senhor Presidente hoje admitiu e disse "aumento de fenómenos de insegurança", todos riam, todos troçavam, efetivamente o que sempre alertámos é o caminho que se está a fazer e não é bom para ninguém, não é bom para o CHEGA, não é bom para o Partido Socialista, não é bom para o Partido Social Democrata e não é bom para os leirienses. Efetivamente Leiria já não existe como uma cidade segura, as notícias são diárias, são semanais, facadas nas praças, é assim os termos, quando a imprensa local, quando a imprensa local decide ter mais coragem e escrever, efetivamente, os factos é com facadas nas praças de Leiria que aparece nas notícias, mas pronto, vai continuando a dar para rir, eu respeito. Surpreende-nos esta posição do senhor Presidente em admitir fenómenos de insegurança, o que nos surpreende, o que não nos surpreende é a falta de ação, é falta de

coragem em agir e, portanto, desta parte estamos arrumados, o CHEGA alertou, o CHEGA continua a alertar e é preciso identificar, é preciso ter muito cuidado com estes relatórios, perceber bem de onde é que vem o problema, de que bairros, de que bares, de que avenidas, do que seja, todos sabemos do que é que estamos a falar e até que não se identifique exatamente onde é que estão os problemas e quem é que os promove não se consegue resolver, não adianta, nós identificámos no princípio, brincaram, agora os leirienses saberão avaliar como o senhor Presidente agora também já sabe avaliar.

Muito mais saúde, todos nós também sabemos reivindicar e dizer que não nos satisfaz o que, como é que é possível o que nos estão a fazer em Leiria, como é que é possível um dos concelhos que mais contribui com este país como é que é possível nós termos ausência de médicos, por um lado temos inauguração de centros de saúde, muito bem, mas o que é que nos adianta ter os edifícios, ter as oficinas não ter os mecânicos, temos os edifícios e não temos médicos. Esta é a parte do centro de saúde, muito bem, há projetos de Bata Branca, há projetos para tentar colmatar estas situações, boas iniciativas, agora não resolvem e inaugurar centros de saúde, inaugurar edifícios e dizermos que isto já está, já, já consegue resolver o problema, não consegue, os leirienses sabem que não consegue resolver o problema e depois temos o hospital distrital e o problema reside no hospital distrital, nas urgências e nas urgências de obstetrícia, Leiria era o pior dos casos escrevia a imprensa nacional, como é que é possível a falta de respeito, como é que Leiria é o pior dos casos, como é que o Leiria tem 17 dias consecutivos, consecutivos, as urgências fechadas, como é que isto é possível? Estamos na capital do distrito, estamos no concelho capital de distrito, temos um Executivo com maioria absoluta, tínhamos um Executivo da cor política do Governo, agora não temos, temos outro, outro Governo e continuamos com a mesma situação, temos as mães leirienses com os filhos com naturalidade no Porto e em Coimbra, a culpa é nossa que não conseguimos regatear com o Governo Central, a culpa também é nossa, de todos nós, portanto, não se entende, não satisfaz e, e se tinham oportunidade de, volto, volto a frisar com o Governo anterior com a mesma cor política, o senhor Presidente da Assembleia Municipal teve responsabilidades também no anterior Governo a nível da saúde e Leiria caminhou, fez este caminho de que Leiria é notícia pelas piores razões, 17 dias uma urgência obstetrícia num hospital distrital fechada. A senhora Ministra parece que prometeu que não volta a acontecer, vamos lá ver.

Temos outro assunto, e que eu quero acusar e denunciar, porque no último dia 14 de novembro perante as falhas públicas do INEM também em Leiria, também em Leiria o partido CHEGA denunciou que um jovem na prisão-escola tentou suicidar-se o que veio a acontecer porque, efetivamente, passado uns dias até faleceu, e nós não temos dúvidas e nós temos fontes também de pessoas que para contribuir com esta insatisfação ou para contribuir para a melhoria da saúde em Portugal e principalmente em Leiria, que nos

acusaram e denunciaram que, efetivamente, o INEM demorou mais de 20 minutos a chegar à prisão-escola e que nós vamos lutar e vamos exigir o direito de ser esclarecidos e não compreendo porque é que o senhor Presidente da Assembleia Municipal aos meus direitos enquanto deputado da Assembleia da República, deputado municipal, o e-mail era bem claro, tinha as perguntas explícitas para saber, efetivamente, o que é que se passou em Leiria com o INEM, eu não sei se estão a proteger a senhora Ministra, olhos nos olhos vos digo, não sei se estão a proteger a senhora Ministra, se estão a proteger o Governo AD, se estão a proteger o INEM, não entendo, o que eu sei é que até hoje não foi esclarecido e um deputado municipal tem esse direito, portanto, as perguntas, senhor Presidente, as perguntas eram muito diretas, objetivas, tinham a ver com o esclarecimento cabal da parte do senhor comandante que o senhor Presidente tutela os bombeiros municipais e, portanto, não é preciso invocar aqui os artigos nem preciso estar ali os artigos do Regimento, os esclarecimentos têm que ser prestados a não ser que, e vou-me adiantar que não devia, a não ser que já esteja em segredo de justiça, mas aí os senhores têm que me dizer, desde o dia X, da hora X, nós recebemos uma comunicação que está em segredo de justiça, o senhor deputado não tem nada de ser informado ou não tem o direito, agora têm é que responder, têm é que responder, exijo respostas porque eu estou a lutar para que o INEM não falhe, estamos a proteger o quê? Estamos a camuflar o quê? O INEM falhou num jovem, um jovem com saúde que se tentou suicidar, demoraram mais de 20 minutos, ao que sei, ao que sei foram garantir que até o senhor Presidente, o senhor comandante dos bombeiros tudo aponta que esteve a prestar socorro no local e que a sorte foi o guarda prisional, que também era bombeiro, e Leiria não tem coragem de dizer isto ao Governo, desculpem-me a expressão, chega de submissão, chega de submissão, chega, é oi é, é oi é porque amanhã pode ser um familiar nosso e nas condições em que está o INEM, nas condições em que tem desrespeitado a saúde em Leiria vamos assobiar para o lado, oi, oi, oi, eu respeito, senhor deputado, eu respeito, agora, eu estou aqui para defender os leirienses e também estou aqui para defender os portugueses e também estou aqui para defender os portugueses que se indignam porque se perdeu uma vida passados 3 dias e, se calhar, não foi nesse dia porque estavam à espera da equipa para levar os órgãos para Espanha, não dá para rir, só se for, só se for os senhores deputados e à comunicação social que ignora, pois é. Há coisas que têm que ser investigadas e há coisas que têm que ser esclarecidas e eu não entendo e nem preciso de meter cunhas, nem pedir favores para ser esclarecido, exijo os meus direitos enquanto deputado municipal para não falar de outros direitos. Senhor Presidente, falou-nos em, a bem da saúde, a bem do socorro aos leirienses também, falou-nos em transparência, ó senhor Presidente aqui nesta parte tenho de concordar consigo e tenho que dizer mais uma vez continuo à espera também de ser esclarecido acerca da reconciliação bancária dos 5 milhões de euros que não se sabe qual é a

proveniência, a proveniência, mas parece ao deputado Luís Paulo Fernandes que precisa de saber, há leirienses que precisam de saber, há leirienses que confiaram em nós, foram poucos? Têm o direito.

Quanto à derrama, quanto ao IRS estamos num concelho que está nos rankings, mas estamos num concelho que tem um IRS à taxa máxima, estamos de boas contas, voltamos a recomendar, perderam uma boa oportunidade nestes últimos 3 anos para que efetivamente baixassem a taxa de IRS, baixassem a derrama, não o entenderam fazer, têm maioria absoluta, respeitamos, não concordamos, recomendámos e os leirienses saberão analisar essa conduta de à taxa máxima da derrama e do IRS.

Quanto ao programa eleitoral deste concelho e para o estado deste concelho nós, no CHEGA, prevemos que, efetivamente, o ano de 2025 seja um bom ano para o Executivo, tenhamos muitas inaugurações, muitas inaugurações e é bom, que as tenhamos até no último ano, algumas obras vinham do, do Executivo anterior também já com responsabilidade em parte do senhor Presidente, mas é bom que até se terminem as obras, mas o que não temos e o que verificámos foi uma vaga apresentação do caneiro, do saneamento, das condutas e que até parecia ser um projeto que poderia de certa forma resolver. Eu assisti, tive com atenção e até poderia resolver, não sei é se vai ser concluído, não tive mais notícias, não nos foi colocada mais informação e, portanto, uma das obras mais importantes muito provavelmente vai estar por fazer.

Quero aqui dizer que, efetivamente, teremos uma 2ª ronda, muito bem.

Quero aqui dizer que deixo uma recomendação para o último ano, senhor Presidente, sei que o PSD acompanha, o CHEGA acompanha e penso que todos os partidos aqui representados acompanham o Executivo, acompanham, dá-me uma certa, não sei qual é o termo que devo usar porque pena é, não é o termo que devia ser usado e já está a ser usado, dos bombeiros dos Cardosos, estamos todos de acordo, estamos todos de acordo. Aquela associação luta e ainda neste fim de semana na Santa Catarina da Serra assisti a um conjunto vasto de pessoas a servir às mesas, o brilho nos olhos não é aquele brilho de outras associações que estão no ativo e, e informaram-me que o senhor Presidente está de acordo, dá todo o apoio, eu volto a dizer, não duvido que os outros partidos também apoiem os bombeiros dos Cardosos apesar, até porque os incêndios têm sido mais sobre o lado da Caranguejeira, Colmeias e fazem sempre falta. Temos que conseguir arranjar uma solução, mais uma vez pressionar ou o Governo, a Liga ou o que seja ou então conceder subsídios já que um dos motivos é o parque de viaturas que tem uma certa idade para conseguir as viaturas para cumprir um dos requisitos ou então quem sabe, senhor Presidente, deixo-lhe a recomendação que poderá ser pertinente e aos restantes partidos para que consigamos resolver a situação e ninguém saia daqui com os braços no ar porque não é essa a intenção, a intenção é ter mais, mais equipas a prestar o socorro, porque não uma 2ª equipa ou outra

secção dos Bombeiros Sapadores? Se o Executivo apoia, se vai criar uma Polícia Municipal com cerca de 40 agentes porque não os bombeiros também uma 2ª secção municipal? Fica o desafio. Muito obrigado a todos.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor deputado, eu tenho que lhe dizer o seguinte, relativamente ao mail que o senhor deputado enviou quer, que me enviou como Presidente da Assembleia Municipal, eu dirigi-o, como o senhor deputado sabe, ao senhor Presidente da Câmara. O senhor deputado para além de deputado municipal é deputado com mandato nacional e, portanto, tem uma obrigação acrescida também de saber que o INEM é um organismo central do Ministério da Saúde, como sabe, e como tal o senhor deputado tem duas possibilidades, quer como deputado municipal, quer como deputado nacional que é fazer essas perguntas ao Governo Central que é quem tutela, como sabe, o Instituto Nacional de Emergência Médica. Eu diria que, com certeza que estando debaixo de inquéritos, quer da Inspeção Geral de Atividades em Saúde, IGAS, quer debaixo do Ministério Público pressuponho que estará em segredo de justiça, também não cabe ao senhor Presidente da Câmara nem a mim violar ou tentar ultrapassar aquilo que é a própria investigação e a fase de inquérito do Ministério Público e também da própria entidade inspetiva que, como sabe, é a Inspeção Geral das Atividades em Saúde e, portanto, senhor, senhor deputado a razão pela qual eu pessoalmente não lhe respondi é por esta razão e porque não tinha informação acrescida para lhe poder responder. Aliás, quando o dirigi para o senhor Presidente da Câmara pressupôs que o senhor Presidente da Câmara também não tivesse informação acrescida sobre esta matéria nem obrigação de ir recolher esta, esta informação, nem obrigação, o senhor deputado vai-me desculpar, o senhor deputado tinha obrigação como deputado nacional com mandato nacional de fazer essas perguntas ao Governo Central ou a sua bancada parlamentar, como sabe, teria esse, esse, se queria fazer essas perguntas teria a possibilidade de o fazer não a um Presidente de uma Assembleia Municipal que não tem informação e que não vai com certeza violar aquilo que é o segredo de justiça, nem pressuponho ao Presidente da Câmara que também não tem essa, essa função, quer fosse um caso que aconteceu no concelho, quer fossem outros casos que aconteceram fora do concelho e, portanto, eu lembro-lhe que naquilo que diz respeito àquilo que é a minha responsabilidade sobre algumas matérias eu me demiti conjuntamente com a senhora Ministra da Saúde na altura em que uma grávida numa transferência inter-hospitalar por uma questão de uma pré-eclampsia, que é uma situação técnica provavelmente com a qual nada teria a ver a senhora Ministro nem a sua equipa ministerial se demitiu, como provavelmente se lembra, e foi submetido a um inquérito, quer pela entidade inspetiva, quer pelo Ministério Público e, portanto, muito antes disso foram assumidas

*responsabilidades políticas, senhor deputado, políticas e, portanto, essas perguntas que o senhor deputado me fez em, em email, quer a mim e que depois transferi, enviei para o senhor Presidente da Câmara, eu acho, não sei se o fez ou não, mas eu acho que o senhor deputado ou a sua bancada parlamentar com o mandato nacional o pode e deve fazer ao Governo Central que é quem tutela, como sabe, quem tutela o INEM e, portanto, não me revejo, vai-me desculpar, eu não costumo intervir naquilo que são situações, nomeadamente da saúde, mas aqui não me revejo nas suas palavras nem no tom mais agressivo e mais, enfim, motivado das suas palavras naquilo que me diz respeito, portanto, dito isto eu passo a palavra ao PSD. **(gravação impercetível)** Faz favor, faz favor, senhor deputado, faz favor. (gravação impercetível) Pode dirigir-se, se quiser.”*

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes - CHEGA

Transcrição:

“Eu respeito o que o senhor Presidente transmitiu, agora penso que o senhor Presidente está bem elucidado do email que foi transmitido, ao senhor Presidente da Assembleia não foi pedido respostas, foi de acordo com o artigo e com a alínea do Regimento encaminhado ao senhor Presidente para o senhor Presidente do Município diligenciar junto do comandante dos Bombeiros Municipais de Leiria, eu não tenho aqui uma pergunta acerca da culpa do que seja do INEM, o que tenho é “Bombeiros Municipais de Leiria”, se o senhor diz que o senhor Presidente não tem obrigação ficou registado, peço-lhe que mais uma vez em prazo o escreva, o registre porque eu já o registei, não tem obrigação, assumiu que o senhor Presidente não tem obrigação de responder acerca do seu comandante dos Bombeiros Municipais de Sapadores de Leiria, que é tutela deste Executivo, portanto, vamos lá a analisar bem, é a minha recomendação, está aqui o e-mail, posso deixar, não sei se precisa, se tem “Bombeiros Municipais de Leiria”, não é grupo parlamentar do CHEGA que tem que fazer perguntas ao que diz respeito a esta Assembleia que tem a capacidade de fiscalizar o Executivo.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Ó senhor deputado, eu não vou manter este diálogo, mas vou-lhe dizer que todas as questões que dizem respeito a uma situação, sejam elas dirigidas a quem forem e a que entidades forem, são, estão sujeitas, e o senhor deputado já sabia isso, no Ministério Público é segredo de justiça, como sabe, e o senhor deputado ali disse-o e, portanto, não é só uma questão de ver é uma questão de não violação do segredo de justiça que, como sabe, como sabe, é criminalizada pelo Código Penal, como sabe e, portanto, nem ao senhor Presidente da Câmara, nem a mim me compete, independentemente da tutela dos bombeiros, estar a fazer averiguações sobre a matéria que depois a matéria que interfere com aquilo que é a própria matéria de investigação do inquérito em Ministério Público, como

sabe, como sabe, o senhor deputado tem obrigação de saber isto agora, vai me desculpar, o senhor deputado tem toda a possibilidade como deputado nacional de o poder fazer, de o poder fazer a quem de direito que é a tutela, que é a tutela, não sei se o fez ou não também, também não sei se o fez ou não, mas excluindo aquilo que me disse garantidamente tem, pode fazê-lo em relação àquilo que é a tutela do INEM (gravação impercetível) O que eu lhe disse, o que eu lhe disse, o que eu lhe disse é que pressuponho, estando sob a alçada do Ministério Público, esteja em segredo de justiça, como o senhor deputado sabe.

Bom, mas vamos então, vamos então dar continuidade, senhor deputado do PSD, faz favor.”

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço - PSD

Transcrição:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores deputados, a todos que nos acompanham aqui e nas redes sociais, senhoras e senhores jornalistas, senhores deputados.

Estamos novamente reunidos para fazer a atualização da avaliação do estado do concelho, decorridos três anos do mandato. Estamos a um ano do fim do mandato, e portanto, há condições para se fazer uma avaliação e uma perspetiva do que serão as melhorias da qualidade de vida das pessoas do concelho com esta gestão. Estamos a falar de um executivo com maioria absoluta na Câmara e na Assembleia Municipal. Com todas as condições políticas e financeiras para poder imprimir uma dinâmica de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida no concelho. Todos ansiamos por ela. Mas infelizmente foi um mandato desperdiçado no que se refere a criar melhores condições de vida. É com esse propósito que todos nos candidatamos: o de poder implementar as nossas políticas e soluções de desenvolvimento.

Dizia eu aqui nesta assembleia no ano passado que ainda estávamos a tempo de corrigir algumas decisões e seguir pelo caminho do desenvolvimento e bem-estar. Hoje dizemos com convicção que já não há tempo para se ver resultados neste mandato, embora se esteja sempre a tempo de imprimir novas opções que nos conduzam a melhores resultados. Esta câmara municipal com o apoio desta Assembleia tem toda a legitimidade, condições e a obrigação de executar o programa que foi apresentado ao eleitorado e que o escolheu votando de forma expressiva no PS, naturalmente neste executivo.

Não temos qualquer dúvida que o programa a ser implementado é o que foi sufragado nas urnas para o mandato e é sobre ele que fazemos o balanço do estado do concelho dos três anos após.

"Três anos de Paixão por Leiria".

Nesta avaliação do estado do concelho, no terceiro ano de execução no âmbito das atribuições de oposição temos de analisar o que foram os compromissos assumidos e sufragados pelos eleitores e o estado em que estão.

O atual estado do Concelho será o resultado da aplicação das medidas e do programa submetido aos eleitores leirienses há três anos. Foi esse programa que encantou a grande maioria dos eleitores que esperam o seu cumprimento. A nós cabe-nos a nobre tarefa de fiscalizar e avaliar os resultados do programa implementado.

Vamos por isso recorrer, como não podia deixar de ser, em traços gerais ao programa proposto porque é o cumprimento dessas promessas que o eleitorado que votou, espera. E não podem ser outras propostas antes de executadas as sufragadas.

E o programa assenta em dois eixos principais e passo a citar:

- *Primeiro eixo – “Futuro Sustentável”, em que se inscrevem a Mobilidade, A Habitação, o Ambiente e a Economia.*
- *Segundo eixo – Qualidade de Vida, com inclusão da Saúde, a Qualificação, a Cultura e o Desporto.”*

Passando ao detalhe:

1. Resolver definitivamente o problema dos efluentes suinícolas e requalificação da bacia do Lis;

Este problema, já o dissemos, é da exclusiva competência do poder central, Ministério do Ambiente.

Tratando-se de um problema de vital importância para a qualidade de vida do concelho é obrigação da Autarquia tudo fazer para encontrar soluções que não se têm encontrado há décadas.

Aparecer no programa em primeiro lugar é meritório e até de muita coragem, mas infelizmente continua por resolver.

Anunciar como RESOLVIDO por “ter sido apresentados dois projetos, com investimento privado, que vão transformar os efluentes agropecuários em bio metano, fertilizantes e água para rega e combate a incêndios” é realmente preciso ter muita confiança e muita fé. Estamos no fim do mandato e ainda não há a primeira pedra para nenhuma das obras que “resolverá o problema”.

Perguntámos o ano passado nesta assembleia:

a) “No final do mandato estarão os privados a operar de forma a ter o problema dos efluentes resolvido?”

b) E a bacia hidrográfica do LIZ estará recomposta?

Decorrido mais um ano estará o executivo com informação segura que nos possa transmitir sobre em que ano estarão os projetos a resolver o problema dos efluentes?

Pedimos senhor presidente que nos informe qual é o estado deste problema/solução dos efluentes suinícolas, dizendo quando estará um dos projetos a receber efluentes suinícolas. Já que falamos de efluentes devemos também abordar o problema da água tão escassa no verão em todo o país. E é uma questão que merece o nosso respeito o problema das alterações climáticas que nos compromete a todos e é um problema muito sério.

Temos de implementar urgentemente soluções que não tentem contrariar a natureza porque somos muito mais fracos.

O que está a ser feito para se deixar de perder 36% de água tratada?

São desperdiçados quase 4 milhões de metros cúbicos!

É também uma questão económica para os leirienses, porque estas perdas são pagas pelos munícipes e a sua resolução seria uma forma de reduzir o preço da água e dos efluentes.

2. Melhorar a mobilidade, com mais e melhor estacionamento, periférico, e transportes escolares e urbanos não poluentes e com horários atrativos e mais ciclovias, numa perspetiva concelhia e não apenas urbana;

Decorridos três anos de mandato estamos muito pior e a piorar a cada dia e não vemos qualquer medida implementada.

Um parque de estacionamento nas Olhalvas, junto ao Hospital, muito importante, reconhecemos. Mas começa a estar saturado e é provisório! De qualquer forma é de aplaudir.

Melhorar a mobilidade com mais e melhor estacionamento periférico também é contribuir para a descarbonização. Mas onde estão os outros estacionamentos periféricos?

2.1 "Transportes escolares e urbanos não poluentes"

A oferta de mais transportes públicos, mesmo com autocarros poluentes, permitindo que as populações os possam usar é muito melhor contributo para o ambiente do que manter a quantidade de automóveis a dirigirem-se para a cidade por falta de alternativa de qualidade. Sabemos que Leiria é dos concelhos do país com mais uso de viatura própria (não quis dizer o concelho, mas é).

Os cidadãos desesperam em filas de trânsito e na procura de estacionamento.

Não são proporcionados transportes públicos em rotas e frequência que respondam às necessidades dos potenciais utilizadores.

A Câmara sente-se confortável com esta situação? O que está planeado fazer no último ano de mandato que resta, para cumprir esta promessa?

Não são conhecidas medidas estruturais de mobilidade.

Temos conhecimento de um projeto de mobilidade no âmbito da CIMLR, mas ainda sem detalhes públicos.

Iniciou-se a construção de um Terminal Rodoviário, provisório, para os transportes públicos numa zona desportiva que ficará irremediavelmente comprometida como zona desportiva.

A cada dia que passa nota-se a cada vez maior dificuldade de circular na cidade, obrigatoriamente de automóvel e não estão implementadas medidas estruturais corretivas.

3. Atrair residentes ao concelho, com mais habitação, a preços controlados e renovada ou construída sob critérios de sustentabilidade e de promoção da vivência comunitária;”

Leiria atraiu efetivamente mais residentes, mas não foi por ter oferta de habitação a preços aceitáveis. Foi pelo facto de ter um tecido empresarial com oferta de emprego. Tecido empresarial privado que cria emprego, apesar da falta de atratividade disponibilizada pelo município que nada faz por isso.

Um executivo que insiste em virar as costas ao desenvolvimento económico, sem criar condições no mínimo amigáveis.

Mantem as taxas de derrama no valor mais elevado permitido por lei, não cria qualquer incentivo à instalação de empresas.

Não promove uma relação nada amistosa com a economia.

Voltando à questão da habitação,

O que foi feito pela autarquia para que haja mais habitação a preços controlados?

O que foi feito para controlar o preço da habitação a oferecer no concelho?

E quais foram os critérios estabelecidos para que a construção no concelho obedeça a critérios de sustentabilidade?

A atração de pessoas ao concelho não poderá ser apenas pela via de habitação a preços controlados. Não há no concelho habitação disponível em número suficiente para a procura e esta é uma razão para que os preços se ajustem em alta à falta de oferta.

Este executivo propôs construir 35 fogos a preços controlados. Quantos foram feitos em construção? Zero

O concelho mais verde e amigo do ambiente.

“A melhoria da qualidade do ambiente está entre as prioridades do Município”, cito.

O designado parque verde da cidade segundo sabemos foi um investimento privado por contrapartida de um loteamento. Não foi investimento direto do Município, embora esteja ao serviço da população e por isso aplaudimos estas iniciativas, mas não devemos fazer crer que é investimento do município.

Houve alguns pequenos investimentos feitos pelo Município, mas não o suficiente para considerar que representam uma preocupação deste executivo.

4. “Apoiar a instalação no concelho de empresas criadoras de emprego qualificado”

Aqui está uma grande questão.

O que foi feito?

Não implementa parques empresariais previstos no PDM, há décadas.

Não Há zonas industriais infraestruturadas para instalação de empresas industriais.

Mas estão previstas no PDM várias zonas no concelho para esse fim industrial desde a criação do PDM. Mas não estão infraestruturadas nem disponíveis para instalação de novos projetos.

As coisas não aparecem feitas se não se fizer por isso. Cabe à autarquia promover a criação de parques industriais em condições atrativas, e competitivas, um veículo de criação de emprego e desenvolvimento.

Ao fim de uma década está a ser anunciado o parque empresarial de Monte Redondo.

Qual o ponto de situação da zona industrial de Monte Redondo? Está anunciado ainda para dezembro o início das primeiras vendas de lotes, mas a pergunta é: Quando estará disponível para instalação das empresas? Qual o ponto de situação das obras?

O concelho tem de ser atrativo para projetos empresariais e competir com outros concelhos para que não sejam os outros a cativá-los.

Leiria tem condições naturais extraordinárias para captação de mais e melhores empresas, basta dar condições de acolhimento e não virar as costas.

Projetos diversificados para o concelho são necessários, mas é preciso oferecer mais condições de competitividade.

O que foi feito nestes três anos de mandato para cumprir este compromisso?

Não conseguimos ver NADA e por isso pedimos ao senhor presidente que nos esclareça.

Já aqui deixámos algumas sugestões de políticas para atração de empresas criadoras de emprego qualificado. De nada serviram, mas entendemos que o programa político é da vossa responsabilidade, por isso não faz sentido continuar a apresentar propostas. Estamos no momento de fazer o balanço do que está feito

5. "Assumir a Cultura e o Desporto como fatores de coesão social."

A política de cultura foi a menos desastrosa desta maioria, mas poderia ter sido melhor.

O desporto pode ser um fator de coesão social, mas com uma política de melhor coordenação e oferta.

Leiria é o distrito a nível nacional com menos infraestruturas para o número de praticantes de futebol e futsal, segundo o observatório da Federação Portuguesa de Futebol, apresentando um nível de saturação de 29,6 muito à frente (no mau sentido) de Lisboa com 15,9 e Faro com 14,9 que ocupam o 2º e 3º lugares. Mas o concelho de Leiria inserido no distrito dá um contributo negativo para este indicador estando muito pior que a média do distrito.

Desenvolvimento Social

Não tinha qualquer destaque no programa eleitoral desta maioria a referência à área social e de apoio aos mais idosos.

O município tem 128.603 habitantes (censos de 2021) dos quais estimamos mais de 50 mil idosos.

Grande parte dos idosos confrontam-se diariamente com dificuldades de mobilidade, acesso à saúde, falta de conforto na habitação, dificuldades económicas para aceder a alguns bens de conforto. E mais não refiro no que se refere às dificuldades de uma parte significativa dos idosos.

Mas a área social tem muitas mais valências onde o município pode e deve apoiar.

Sabemos que há algum apoio no âmbito social, mas deveria ser muito mais

Segurança

Portugal continua a ter uma posição muito confortável no que se refere a segurança e sua perceção. Leiria sempre foi um paraíso, mas começamos a ter sinais que merecem a nossa atenção. Não faz parte das atribuições da autarquia a segurança, mas faz parte dessas atribuições criar condições à população para que não seja um território propício à prática de crimes especialmente os violentos.

Senhor Presidente da Câmara,

O PSD não se revê no balanço nem nas políticas deste executivo, como é natural, mas o que não é natural é que o executivo não execute o programa com que se comprometeu com PAIXÃO e que foi votado com larga maioria. Não defraude mais os seus eleitores.

Teve uma oportunidade e todas as condições para as executar e que não aproveitou.

O dinheiro é de todos nós, apenas delegámos temporariamente neste executivo a boa gestão e á oposição a fiscalização do mesmo.

UM CONCELHO AMIGO DAS FAMILIAS?

- Os problemas da bacia hidrográfica do Liz a aguardar uma solução de empresas privadas;*
- Não tem uma rede de transportes urbanos que sirva a população, com frequência e circuitos aceitáveis, sem um plano de mobilidade que satisfaça as populações;*
- Parques fotovoltaicos licenciados junto aos aglomerados populacionais, destruindo importantes áreas florestais;*
- Viabiliza a exploração de inertes junto a aglomerados populacionais;*
- Um trânsito cada vez mais caótico sem qualquer perspetiva de melhoria;*
- Creches e escolas sobrelotadas e sem vagas;*
- Não construiu uma única habitação no parque publico habitacional;*
- Não colocou no mercado nenhum parque empresarial nos três anos de mandato nem nos doze anteriores de maioria PS;*

Um concelho que se diz AMIGO DAS FAMILIAS, mas que:

- . Arrecada 42M€ por ano em impostos e taxas;*
- . Não prescinde um cêntimo de IRS das famílias, nem das empresas criadoras de emprego pela via da derrama;*
- . Tem excedente orçamental, mas não consegue cumprir as promessas*
- . Gasta 4,2M€, cerca de 10% dos impostos e taxas em eventos e festas.*

. Os impostos no concelho passaram de 60,5M€ em 2013 para 105,9M€ em 2023 o que corresponde a um aumento de 75% em dez anos!!

Foi a este estado que o concelho de Leiria chegou. Muito obrigado.”

Intervenção do senhor deputado **Acácio de Sousa - PS**

Transcrição:

"Boa noite, Acácio Sousa, PS.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os deputados e deputadas municipais e presidentes de Juntas e Uniões de Freguesia, senhor presidente da Câmara e na sua pessoa todos os senhores vereadores, munícipes aqui presentes e online, senhores jornalistas e todo o staff de apoio.

Bom, eu estive aqui a tomar umas notas face aquilo que ouvi e antes de dizer aquilo que tinha já pensado dizer aqui algum comentário, alguns comentários aquilo que os senhores deputados municipais anteriormente disseram.

Quanto ao sr. deputado Hugo Morgado, apenas estou de acordo quando diz que o poder central insiste em não considerar Leiria conforme o concelho merece. Quanto ao mais, continua a insistir nos problemas com as urgências de obstetrícia no hospital, mas por muito que nos custe, não é essa uma competência da Câmara e muito tempo feito nas insistências junto do governo. Quando diz, que a Câmara não investe nas freguesias e, tão só na cidade, vê-se que não acompanha todos os apoios que passam para as freguesias e se há investimento na cidade, é porque é aqui que todos confluem e há que dar respostas necessárias.

O deputado Telmo, da IL, diz que as receitas são um ataque à liberdade das famílias? As receitas são aplicadas na comodidade e bem-estar para todos e quanto à derrama, aqui há claramente um diferente entendimento ideológico. A derrama é um contributo social aplicado às empresas que bem podem! E não há derrama que impeça empresas de aqui se estabelecerem. Os valores acabam por ser irrelevantes e esta é também uma resposta para o PSD. Fiquei preocupado quando parece dizer que o crescimento urbano e a promoção imobiliária não devem estar sujeitos a regras. Isso levaria à descaracterização da cidade que tem que manter a sua identidade e garantir um bem-estar de equilíbrio urbanístico que todos possam fruir. Quanto ao orçamento participativo, o "plafond" tem vindo a aumentar e se há algo a melhorar, todos os partidos estão na comissão do O.P. e podem discutir as melhorias do regulamento.

Já agora e apenas porque houve alguns partidos que aqui referiram o 25 novembro de 1975, garanto-vos que não foi uma vitória da direita, da direita radical, ou da extrema-direita. A História não se apaga e merece sempre ser analisada e podendo, noutra situação, falarmos sobre isto, apenas, que no processo de reação às movimentações da altura, extrema esquerda porque o PCP se resguardou, houve um ideólogo militar, que foi o

insuspeito Melo Antunes, um coordenador operacional que foi Ramalho Eanes e um ideólogo político que foi Mário Soares. Um comentário final dele, foi que aconteceu o regresso à pureza do 25 de Abril. Não é preciso acrescentar mais.

O sr deputado Nuno Violante, do PCP, deixou-me lisonjeado com uma citação minha, de algo que eu disse já vários anos e que já não tenho lembrança, mas garanto-lhe que os princípios se mantêm, a governação do município é que mudou de então para agora. Quanto ao mais, falou dentro do habitual e confirmam-se acentuadas divergências ideológicas, mas também aponta situações que já estão a ser equacionadas. Fico satisfeito que põe em relevo a necessidade de condições para p concelho atrair novas empresas. Critica que o parque empresarial só agora esta desbloqueado, mas porquê só agora? Demorou anos e sabemos como tem sido, mas está resolvido e isso, agora é que é de relevar. Quanto à estação da linha de alta velocidade, as avaliação e reavaliações estar em curso e são públicas e se há projetos enalhados, sim, é verdade, mas enalhados em Lisboa à espera de resposta das tutelas respetivas.

O sr deputado Manuel Azenha, do BE diz também que as falhas nas urgências hospitalares se devem à Câmara? Como? Não só tem pressionado a tutela como, tal como muito bem diz que as populações pretendem as resoluções, sem perda de tempo para outras discussões, lançou o programa Bata Branca que o sr deputado parece pôr em causa, que se trata de um pior trabalho? Pior? Porquê? Não está a pôr em causa a competência dos profissionais, ou está?

Fico também satisfeito quando o sr deputado Manuel Carreira, do MPT/CDS felicita a autarquia pela aposta no verde. Já quanto aos horários e tempos de duração das sessões desta Assembleia, resta saber se há quem deva falar menos, ou se há vozes que não possam falar, mas isso poria em causa a noção de democracia. Talvez se possa ver com o acordo de todas as forças se é viável rever os horários.

Sr deputado Luis Paulo Fernandes, do Chega, nunca aqui foi negada a preocupação com a segurança. Pelo contrário. Sempre houve criminalidade, desde sempre não é fenómeno de agora, mas poderá aumentar esse risco com o crescimento demográfico que se verifica. O que rejeitamos é a associação que o senhor faz a determinados setores sociais ou quando dá uma imagem de Leiria, quase cinematográfica como se Leiria fosse o faroeste, ou uma terra de gangster. Não é. Há preocupações, mas ainda podemos andar seguros. Também o programa Bata Branca é uma solução de emergência e não a solução definitiva encontrada pela Câmara. Novamente tenho que lembrar que os problemas nas urgências não são da competência da Câmara que procura, sim, soluções de emergência, mas o sr está em Lisboa, no Parlamento e ali pode e deve questionar ou pressionar o governo.

Por fim, o sr deputado Carlos Poço, do PSD. Não se veem resultados nenhum ao fim de 3 anos? Veremos já a segui alguma coisa sobre isto, mas parece que o sr deputado tem



andado distraído, ou não tem acompanhado? Não tem havido incentivos às empresas? O que dizer das novas condições para se estabelecerem a todo o apoio para acompanhamento disponibilizado?

Os eleitores tendem a não votar no desconstrutivismo e ouvindo tudo o que foi dito, será que em 3 anos de mandato, os munícipes do concelho de Leiria estarão assim tão descontentes? Dentro de um ano...veremos quem soube ou não apresentar propostas e trabalho.

Com certeza, no debate que se segue, vários assuntos serão tratados mais em especialidade e não vou repetir o que já foi apresentado pelo sr presidente da Câmara. Vou ficar por algumas notas, como indicadores daquilo que Leiria deve querer.

Aliás, sabendo que qualquer programa eleitoral aprovado pela maioria dos votos está sempre sujeito a vicissitudes como foi a pandemia, crises inflacionárias, urgências imprevistas, etc., e raramente são executados a 100%, o certo é que, no que toca ao programa de Gonçalo Lopes, aprovado pelos eleitores, em 2021, a maioria das propostas está concretizada ou a caminho de ser concretizada.

Vendo, sobretudo, o balanço feito pelo PSD, se olharmos para os 5 grandes compromissos eleitorais, vejamos: 1-resolução dos efluentes suinícolas - o projeto de reciclagem dos resíduos em biometano espera licenciamento, já não está nas mãos da Câmara, está na tutela; 2-melhorar a mobilidade - vemos o crescimento das ciclovias, estacionamento periféricos gratuitos, novas condições dos transportes público e sobretudo os escolares; 3- atrair residentes ao concelho - temos as escolas cheias novamente, temos gente a chegar todos os dias e gente com as mais variadas qualificações a quem são oferecidas condições sociais atrativas; 4-apoiar a instalação de empresas criadoras de emprego qualificado - não há dúvida de como ocorrem temos empresas que ocorrem aos nossos parques empresariais, vistas as condições que Leiria tem; 5-assumir a cultura, o desporto e a educação como fatores de coesão - basta ver a dinâmica associativa e as condições dadas pela Câmara e o crescimento de participantes.

O associativismo é sem dúvida o grande motor gerador da coesão, tanto na área social, como no desporto, ou na cultura, tem recebido apoios em crescimento progressivo, o que também cria a responsabilidade na qualidade no muito que é feito. Na grande maioria dos casos, é isso que tem acontecido.

Quanto às freguesias, pese embora todo o trabalho que cai em cima dos executivos e dos senhores presidentes, absurdamente mal remunerados, a descentralização de competências permite as respostas mais eficazes e eficientes aquilo que os fregueses anseiam. Os contratos interadministrativos foram: Até outubro, neste ano de 2024, já foi transferido para as freguesias um valor maior do que há 3 anos atrás e todos os anos tem crescido.

Para além dos vários prémios e a posição em vários rankings já aqui mostrados, também, no que toca às contas, há que ter atenção aos rankings da Ordem dos Contabilistas Certificados. São posições notáveis.

Contudo, importa olhar para o futuro e o concelho de Leiria enfrenta uma série de desafios que exigem soluções integradas e investimentos estratégicos para termos ainda maior desenvolvimento neste território, o que vai além das competências decisórias da Câmara, mesmo que a preparação ou apoio aos projetos passe pela autarquia.

A Região de Leiria enfrenta uma desigualdade constante na distribuição de investimento público e acesso a fundos, de forma desequilibrada e lesiva para uma terra com grande dinâmica. A administração central tende a persistir neste desequilíbrio, por muito que a Câmara insista. Está na hora deste governo da AD mostrar o que quer para Leiria. Está há 7 meses a governar o país e quase nada tem andado. Vejamos o que urge e pouco ou nenhum sinal tem sido dado pelo governo:

SAÚDE:

o Redimensionamento do Centro Hospitalar para servir adequadamente a população de 400.000 habitantes.

a urgente necessidade de aumentar o número de médicos na rede de cuidados primários e no Centro Hospitalar de Leiria.

SEGURANÇA:

o Necessidade de reforço dos meios humanos e materiais da PSP e GNR.

o Garantir a execução das obras de construção das novas instalações para a GNR, em terreno já disponibilizado pelo Município.

o Reinstalar a PSP em nova localização, libertando aquele edifício para outras funções

o Resposta ao processo de criação de Polícia Municipal de Leiria que ainda aguarda ratificação pelo Conselho de Ministros.

MOBILIDADE:

o A estação de alta velocidade, sendo Leiria a única cidade com estação afastada do centro urbano, que sejam garantidos acessos e infraestruturas para que a nova estação seja um motor de desenvolvimento regional. É necessário assegurar alternativas que mantenham o acesso de passageiros à nova estação, quer através da duplicação da N242.

o isenção de portagens na Variante da Batalha (A19) e no troço A8-IC36, essencial para a ligação entre a A8 e a A1 e para assegurar a ligação de Leiria e Marinha Grande à Estação LAV.

o Construção do nó de ligação entre a A1 e o IC9, essencial para o desenvolvimento das ligações da Região de Leiria ao Médio Tejo;

o Execução do nó de acesso à A1 no Barracão/Meirinhas, projeto a ser desenvolvido pela IP e pelos Municípios de Leiria e Pombal.

o Necessidade de garantir financiamento, através do PRR ou comunitários, para a aquisição de autocarros elétricos na região de Leiria, cujas candidaturas ao PRR, embora com pontuação máxima, não foram contempladas.

AMBIENTE:

o Aceleração do processo de licenciamento para projetos de investimento visando a transformação de efluentes em biometano.

HABITAÇÃO:

1- Considerar os terrenos do Ministério da Justiça, para áreas para habitação a custos controlados. Transferência das habitações do Estabelecimento Prisional para o Município, que poderão ser utilizadas para arrendamento acessível.

JUSTIÇA:

1. construção de um campus da justiça e realocização do Estabelecimento Prisional de Leiria.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

1. Decisão quanto à candidatura do Município à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário para construção de um Centro de Alojamento de Emergência Social

CULTURA:

o Resolvido a questão dos terrenos para o parque do Lapedo, promoção do Vale do Lapedo à "Marca do Património Europeu",

EDUCAÇÃO:

o Necessidade de requalificação do Parque Escolar do 2º, 3º ciclos e E. Secundário (EB Marrazes n.º 2, Escola Básica e Secundária Henrique Sommer-Maceira, Escola Básica Dr. Correia Alexandre-Caranguejeira, Escola Básica de Santa Catarina da Serra, Escola Básica de Colmeias, Escola Básica Dr. Correia Mateus-Leiria, Escola Básica Rainha Santa Isabel-Carreira e Escola Básica José Saraiva-Leiria).

Portanto, sendo inúmeras as situações à espera de andamento por parte do governo, muitas das críticas aqui postas, se calhar temos que as passar para quem governa, visto que a autarquia já as considerou e já deu o andamento possível.

Por outro lado, a descentralização de competências, não só o que já foi protocolado, como aquilo que ainda possa vir, politicamente, a nosso ver, estamos de acordo porque é fazer chegar a execução das políticas às necessidades das populações. As autarquias são administração pública com legitimidade eleitoral e assim poderão chamar a si a execução de políticas públicas. No entanto e sem dúvida, isto exige uma revisão permanente do pacote financeiro para serem dadas respostas às necessidades. Esta é a obrigação do Estado central, pois é o regulador dos investimentos para as políticas públicas.

Queremos um concelho para o futuro, para nós, os mais velhos, para ainda o fruirmos, mas também que seja atrativo para os jovens. A boa política faz-se centrada nas pessoas para

que tudo seja próximo, sustentável, inclusivo, em que o cidadão possa confiar e participar. As políticas públicas são executadas para responder ao bem-estar do cidadão, não deste ou aquele em particular, mas do bem-estar público.

É esta a aposta que a Câmara está a fazer. Quaisquer propostas de melhoria serão sempre bem-vindas, mas onde estão as ideias diferentes e exequíveis?

Disse. Obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor deputado.

Como sabem vamos então passar à 2ª fase, à 2ª ronda, eu chamo a atenção para o seguinte, temos de acabar às 2 da manhã e eu tenho que dar algum tempo ao senhor Presidente da Câmara no final, 20 minutos, meia hora para poder responder às questões que vão colocar. Há 2 partidos, nomeadamente o PS tem uma hora e 20 minutos e o PSD tem 32 minutos, todos os outros têm relativamente menos tempo, é um facto, mas chamo a atenção para que se formos cumprir estes tempos nem às 3 da manhã, provavelmente, vamos, vamos terminar e, portanto, o que é que eu vou pedir, bom senso e ponderação naqueles que vão intervir para que sejam o mais sucintos possível para que o senhor Presidente da Câmara depois também tenha algum tempo para poder responder porque senão perde-se o conceito de debate porque só colocam as questões e não damos hipótese que o Presidente da Câmara possa, possa responder às questões e, portanto, desde já vou começar a aceitar inscrições dos senhores deputados, faz favor. Deputado Tiago Duarte, deputada Margarida Sá, deputada Marta Violante, Sofia Francisco, deputado Luís Paulo Fernandes, Fábio Bernardino, deputado Fábio Bernardino, deputado Renato Cruz, mais? Ficamos, deputado Manuel Cruz, deputada Cristiana Pinto, eu penso, bom, o que eu peço é que tenham, deputado Ricardo Abreu, eu estou a ver crescer a lista não, não é, obviamente, impedir porque não posso nem o devo fazer, mas peço uma vez mais alguma ponderação para os tempos, Ricardo Abreu, Ley Garcia e está, ok, então vamos começar, deputado Tiago Duarte.”

Intervenção do senhor deputado Tiago Duarte - PS

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e todos os que nos estão a acompanhar em casa.

Sendo esta uma Assembleia que pretende discutir o Estado do Concelho, é importante fazer uma reflexão daquilo que foi realizado nos últimos anos e sobre aquilo que está preparado e que pode ser feito nos próximos.

Pegando no tema do Urbanismo/Espaço Público e Ambiente, existem alguns pontos que merecem ser destacados pela sua evolução, resultado da adoção de medidas que visam o desenvolvimento do concelho e o conseqüente bem-estar da população.

No que respeita ao espaço público verifica-se uma evolução nas condições oferecidas, fruto de constantes melhoramentos e manutenções dos equipamentos existentes, quer ao nível da cidade como das freguesias do concelho. São exemplo a construção de mais parques infantis, melhoramentos no percurso Polis, alargamento de passeios, passadeiras elevadas, entre outros. Destacar ainda a substituição da iluminação pública por LEDs, que resulta no ganho energético e menores custos associados.

Acresce na área do ambiente, os investimentos que estão a ser realizados para resolver os problemas de drenagem na cidade, de onde se destaca a obra a decorrer na R. Dr. António da Costa Santos, para resolver o problema das cheias junto à Fonte das 3 Bicas. Estando igualmente prevista uma intervenção a iniciar no início do próximo ano na Rua de S. Miguel, na descida do cemitério.

O tema da água tem sido uma preocupação deste executivo ao longo dos anos. No que respeita aos investimentos realizados quer na estrutura de abastecimento, como na de saneamento, ninguém pode negar que os mesmos não estejam a produzir melhorias. Porventura não tão rápidas quanto todos desejaríamos, mas sabemos que se trata de investimentos complexos, que devem ser bem estudados e implementados. No que respeita à percentagem de água não faturada ela tem baixado todos os anos, em resultado destes investimentos, e a perspectiva é que esta evolução continue favorável. Ao contrário do que o Senhor Deputado do PSD aqui referiu, a percentagem de água não faturada não é de 37%, mas sim de 31%, à data atual.

Outro tema que tem sido abordado nas Assembleias passa pelos projetos de Biometano previstos. De acordo com as informações recolhidas, os dois projetos estão em fase de Estudo de Impacte Ambiental, já entregues e prestes a irem para consulta pública, sendo que um deles ainda deve ocorrer este ano. O caminho está a ser seguido, as expectativas são muitos, e julgo que todos desejamos que o seu resultado vá ao encontro do principal objetivo, que passa pelo encaminhamento dos efluentes produzidos no setor pecuário do nosso concelho, permitindo desta forma resolver um problema antigo. Nesta matéria também destacar igualmente os investimentos que têm sido realizados no serviço de vigilância ambiental, quer a nível de recursos humanos, como de equipamentos de apoio, como seja o investimento previsto na aquisição de drones. Este trabalho, juntamente com as ações de prevenção, permitiu diminuir bastante a quantidade de descargas, bem como identificar de forma mais correta a sua origem quando estas ocorrem.

Falar também dos projetos de recolha de biorresíduos, que tem vindo a aumentar de forma significativa, dos melhoramentos no sistema de recolha, do Plano de Reabilitação de Linhas

de Água, sabendo que são processos dinâmicos e que podem e devem ser alvo de melhorias constantes.

Para não ser muito exaustivo, e cumprindo aqui a premissa do senhor Presidente da Assembleia, por último apenas falar de mais um projeto implementado e que agora começa a dar os seus primeiros contributos. Falo das Ilhas Urbanas, por vezes tão criticadas, cujo objetivo era o de recolher informação para a tomada de decisão em projetos a implementar. **(gravação impercetível)** Se puder não interromper é mais fácil que é para a gente acabar mais cedo. Não, mas **(Presidente Assembleia Municipal – Vamos dar continuidade, senhor deputado Tiago Duarte)**. Um dos principais críticos é precisamente o senhor deputado da Iniciativa Liberal. Além dos dados em tempo real que todos nós podemos aceder, a elaboração do Plano Municipal do Ambiente e Plano Estratégico de Adaptação de Alterações Climáticas já foram realizados com recurso aos dados aqui recolhidos. Este último, face à última versão aprovada, já pode contar com dados de emissões destas estações que complementam os dados da Estação da Ervideira.

Muitos dos temas aqui abordados dizem respeito a investimentos que muitas vezes não são visíveis (veja-se as obras de saneamento e drenagem). O caminho é longo e por vezes mais lento do que aquilo que todos nós pretendemos. No entanto, fazendo o balanço do que foi realizado até ao momento, entendemos que muito já foi feito, muito está a ser feito e muito será feito. Disse.”

Intervenção da senhora deputada **M^a Margarida Sá – PSD**

Transcrição:

“Mais uma vez, boa noite a todos.

Apesar de sabermos que a saúde do concelho não é responsabilidade direta da Câmara Municipal e que o senhor Presidente da Câmara, infelizmente, não tem uma poção mágica para resolver o problema, a verdade é que é impossível falar do Estado do Concelho sem falar de saúde. Na última Assembleia, uma senhora deputada do PS referiu que para a deputada Margarida Sá os problemas da saúde em Leiria tinham ficado resolvidos com o PSD no Governo, penso que nunca ninguém me ouviu proferir tal comentário, mas seria uma felicidade para todos nós que isso acontecesse, infelizmente, não é verdade. De qualquer forma, o acumular de erros do passado, nomeadamente a escassez de recursos humanos, não se resolve em poucos meses. O serviço de urgência geral do hospital é caótico, esperemos que melhore com o novo sistema implementado apesar de isso ir agravar os cuidados de saúde primários já tão debilitados, a urgência de ginecologia / obstetrícia fecha 4 dias por semana, a de pediatria pelo menos um dia quase todos os fins de semana, os médicos de família todos os dias têm consultas recusadas das várias especialidades por motivos que não conseguem entender. Nos cuidados de saúde primários o cenário não é muito melhor, muitas extensões sem médico, algumas apenas com médicos

do projeto Bata Branca que é insuficiente. Os médicos de família estão cada vez mais sobrecarregados, mas não é, Dr. Gonçalo Lopes, por perderem tempo a passar receituário, a maioria dos doentes têm doenças crónicas, o que os faz ir à consulta programada de 2 a 3 vezes por ano permitindo passar receitas até à consulta seguinte, para além disso, atualmente o sistema informático até já permite passar receitas para um ano além de que renovar receituário implica muito mais que escrever nomes de medicamentos numa receita e é por isso um ato médico. O que desgasta os médicos de família é mesmo o tamanho dos ficheiros enquanto na Noruega, por exemplo, os médicos de família têm ficheiros de 800 utentes em Portugal, na melhor das hipóteses, têm 1900 / 2000 e é impossível dar resposta adequada a ficheiros desta dimensão. É este o estado da nossa saúde que está cada vez mais doente, não responsabilizamos o Executivo por este estado da saúde, mas, infelizmente, é este e por isso pedimos que exerça influência junto dos responsáveis pela saúde em nome do concelho de Leiria.”

Intervenção do senhor deputado Carlos Poço - PSD

Transcrição:

"Senhor Presidente, apenas para repor os números que foram contestados aqui há pouco pelo senhor deputado do Partido Socialista para referir uma entrevista dada pelo senhor Vereador Ricardo Santos, responsável pelo SMAS, que refere ao Observador, em fevereiro, o seguinte: "O volume de água distribuído no concelho de Leiria foi da ordem dos 10,3 milhões de metros cúbicos e as perdas foram de 3,6 milhões de metros cúbicos." Se fizer esta continha vai verificar que são 35%, portanto, quem se enganou não foi o PSD nem o deputado do PSD, eu estou apenas a repercutir aquilo que foi dado ao jornal Observador pelo senhor Vereador do Partido Socialista."

Intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal

Transcrição:

"Penso que já entendemos.

*Senhor deputado Tiago Duarte, muito rapidamente se faz favor. **(gravação impercetível)** Faz favor, senhor deputado, para que efeito? **(gravação impercetível)**. Senhor deputado, não vamos, não vamos continuar este diálogo senão, não vale a pena continuarmos este diálogo, muito bem. Senhora deputada Marta Violante, faz favor."*

Intervenção da senhora deputada Marta Violante – PS

Transcrição:

"Senhor Presidente, Marta Violante, PS.

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, permitam-me que nas pessoas dos senhores presidentes cumprimente todos os presentes e os que nos acompanham online.

Antes de mais, senhora deputada Margarida Sá, eu não afirmei que a senhora deputada tinha dito que todos os problemas tinham sido resolvidos, não, pelo contrário, eu perguntei, eu perguntei se todas as preocupações que expôs em novembro de 2023 se teriam evaporado, fiz uma pergunta, não afirmei que a senhora deputada tinha dito fosse o que fosse.

Bom, a saúde. A expressão «haja saúde» é uma saudação cujo significado conotativo todos conhecemos e reconhecemos. Passou, nos últimos quase 9 meses, a ter, no entanto, um sentido mais objetivo e linear. Precisamos de saúde para todos efetivamente.

Mas temos um ministério da saúde à deriva que não assume quaisquer responsabilidades. Políticas, muito especificamente.

Quando em agosto de 2022 se deu a tragédia que se deu, Marta Temido apresentou, no dia seguinte, a sua demissão, reconhecendo, sem necessitar de resultados de quaisquer inquéritos, a responsabilidade política da situação. Agora, têm sido apontadas 11, 11 mortes por eventuais falhas na resposta do INEM, instituto tutelado pelo Min. da Saúde. O PSD que em 2022 exigiu a demissão da Ministra, diz agora que não é com demissões ou admissões de responsabilidades políticas que se resolvem as questões. A Ministra faz depender dos resultados dos inquéritos o seu futuro político, mas uns instantes depois, assume a tutela da inspeção geral das atividades em saúde – organismo que está a investigar a atuação do INEM, o qual a Ministra tutela também. Dir-se-ia que há, no mínimo um conflito de interesses. Dizem outros que poderá haver intenção de condicionar as investigações.

O PS, m 8 anos, 3 dos quais com COVID 19, o PS colocou mais de 32 mil profissionais no SNS e fez um reforço orçamental na saúde de 72 %.

Mas vamos a Leiria...

Já o afirmámos antes: no que às responsabilidades da Camara Municipal diz respeito, o executivo camarário de Leiria tem sido diligente e tem, ao longo do mandato, acompanhado proactivamente os desenvolvimentos da situação de perto. Tem sabido, dentro da sua responsabilidade e além dela, pôr a saúde e qualidade de vida dos munícipes em primeiro. Sem atirar toalhas ao chão. Se não vejamos: em 2022 lançou a campanha de literacia para a saúde com outdoors para tentar diminuir a pressão dos serviços de urgência do hospital; em 2023 contávamos com 3 novos centros de saúde construídos de raiz e melhoramentos noutro centro de saúde; serão construídos mais 3 centros de saúde no concelho de Leiria; o já sobejamente falado PROJETO BATA BRANCA conta atualmente com 22 médicos, garante que 10 centros de saúde se mantenham em funcionamento – portanto, sr. Deputado não é só a construção de edificado, os centros de saúde mantêm-se em funcionamento porque a Câmara Municipal fez por isso, e este projeto já realizou cerca de

26 mil consultas, como já referiu o senhor presidente da Câmara. Investimentos da CMLeiria na saúde. Nas pessoas, para que haja saúde, para todos.

Concomitantemente, em março de 2023, o executivo lançou o programa TÁXIS 65+.e ainda a aquisição de medicamentos.

E neste malfadado verão em que tivemos as urgências obstétricas encerradas dias a fio e as urgências pediátricas a fechar com regularidade, a pronta e firme reação do Presidente da Câmara de Leiria à inimaginável deliberação do governo (que tudo ia resolver em 60 dias) de enviar as grávidas de Leiria para o Porto, a pronta e firme reação do Presidente da Câmara, foi o que desencadeou algum reajuste a esta situação.

O Município continua, mesmo fora do âmbito de abrangência das suas competências, a lutar contra as dificuldades de falta de médicos, para melhor servir as populações.

O PS, em leiria como no país, reforçou os recursos financeiros e humanos na saúde.

A transferência de competências na saúde, senhor deputado do Bloco de Esquerda, não inclui, ainda, a contratação de médicos e a organização de recursos humanos dos serviços de assistência médica.

Quanto às deliberações de 25ª hora, foram-no porque ficaram 2 anos de legislatura por cumprir. Havia um plano. Não houve tempo, nesta como noutras áreas, para o cumprir. E a ULS Leiria iniciou funções a 1 de janeiro deste ano. Algures em fevereiro deste mesmo ano o Presidente da secção regional do centro da ordem dos médicos considerava as ULS's um bom modelo de gestão, sendo naturalmente necessário tempo para avaliar os resultados. Portanto, as opiniões dos profissionais não são unânimes.

Eram 60 dias em que este Governo ia resolver todos os problemas...isto não é incompetência.

Este desinvestimento nos serviços públicos de saúde, se não tem o objetivo claro de os desacreditar e afugentar o utente pela demonstração cabal de que aqueles não respondem nem correspondem às necessidades mais basilares das pessoas, repito, SE não tem esse objetivo expresso, no mínimo, ninguém duvida, é nisso que vai redundar.

Neste aspeto, o governo do PSD-CDS está a ser eficaz e eficiente.

Haja saúde...para todos...não só para quem pode pagar. Disse."

Intervenção do senhor deputado Sofia Francisco - PS

Transcrição:

"Sofia Francisco, PS.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos assiste em casa.

Vamos falar da educação, já aqui falámos da educação e é sempre tempo, mesmo já sendo tarde, falar dela.

Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, isto é o que diz a Constituição Portuguesa. Este município não esquece assim como também não esquece que a educação é a base de uma sociedade mais justa, mais inclusiva e mais próspera e esta premissa que este município reconhece e nela se reconhece, reconhece também que aprender não é algo limitado à sala de aula e como tal tem feito com que a educação aconteça na cultura, no desporto, na vivência da sustentabilidade oferecendo às escolas do concelho um conjunto de atividades rico que é motor de aprendizagens, com ferramentas que educam e transformam.

Mas sabemos que o trabalho na educação nunca está terminado. O mundo muda, as exigências mudam, e com isso surge a necessidade de refletir e ajustar constantemente. Em Leiria, essa reflexão é fomentada através de fóruns que promovem o conhecimento e o debate científico em torno das questões educativas relevantes para a melhoria da escola, com professores, assistentes técnicos e operacionais que se unem para pensar e agir, com um único objetivo: melhorar a escola e garantir que ela responde às necessidades de quem mais importa – os alunos.

A visão de Leiria como concelho é também um compromisso com a igualdade de oportunidades, com uma escola de e para todos que começa na infância, se estende ao ensino superior e que defende que todos, independentemente da sua origem, devem ter acesso a uma educação de qualidade. E é com base nesta visão, que o Município tem dado passos concretos para torná-la uma realidade.

Por exemplo, o Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE), que tem sido implementado em 12 jardins de infância e 40 escolas do 1º ciclo, tem sido um marco na construção de uma educação mais inclusiva. Mas o município não quis ficar aqui e este ano letivo deu início ao Redes na Escola: Dá o Salto, um projeto que merece a atenção de todos pois promove o sucesso escolar de crianças e jovens, matriculados nas escolas da rede pública do concelho de Leiria, do 5º ao 10º ano de escolaridade, que se encontram com retenção ou em trajetória de retenção. Este projeto, em parceria com a InPulsar e a Global Diáspora, foca-se nos alunos e é um exemplo claro de como Leiria não abandona ninguém. Porque aqui acreditamos que cada criança, cada jovem, merece sempre uma oportunidade e um incentivo que o ajude a ir mais longe.

É importante também reconhecer que a escola de hoje não é a mesma de há décadas. O mundo mudou, e com ele, mudaram os alunos. Já não aprendemos apenas em silêncio, esperando ansiosamente pela nota dos testes. Estamos em 2024, e a educação precisa de ser flexível e adaptada às necessidades contemporâneas. E foi com este espírito que foi implementado, na maioria das escolas e colégios do concelho, a nova organização curricular por semestres. Esta mudança não é apenas uma reorganização administrativa – é uma

oportunidade de repensar a avaliação, tornar o processo mais justo, envolver os alunos e promover aprendizagens mais eficazes.

Claro que educar significa igualmente cuidar do ambiente onde essa educação acontece. E sabemos que muitas das nossas escolas enfrentam desafios estruturais, herdados de um parque escolar envelhecido. Mas não baixamos os braços. Estamos comprometidos com a requalificação destes espaços, criando ambientes dignos, seguros e inspiradores para o desenvolvimento das nossas crianças e jovens. E porque acreditamos que a educação não se limita às paredes de uma sala de aula, mas estas paredes devem ser um reflexo da dignidade que atribuímos à educação, já iniciámos a requalificação de algumas escolas do concelho e continuaremos com o projeto "Reabilitar a Escola".

E mesmo perante as mudanças e desafios nacionais – como políticas que pretendem reduzir o foco na cidadania e que celebram contratos de associação com colégios privados, Leiria segue o seu caminho a acreditar que a educação não é apenas um direito. É o caminho. Um caminho que leva a uma sociedade mais justa, mais instruída e mais humana. Porque para "Leiria concelho educador", a educação não é apenas uma política – é assumida como a nossa missão, o nosso futuro e o nosso maior legado. Disse."

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes - CHEGA

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Ao que foi dito em relação ao meu partido, ao partido CHEGA, e à minha pessoa quero dizer que depois e antes de reunir com a intermunicipal de Leiria foram apresentadas propostas que foram já algumas votadas hoje e outras serão votadas acerca do custo dos biorresíduos, a questão da ERSAR, A19, A8, IC36 e a questão do PRR dos autocarros foram tomadas em conta e fizemos esse trabalho, é tal e qual como ser do Benfica quando joga fora ou do Sporting, somos portugueses e somos leirienses, é só para esclarecer essa situação."

Intervenção do senhor deputado Fábio Bernardino – PSD

Transcrição:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Permitam-me que, em V. Ex. ^{as}, cumprimente todos os presentes e aqueles que assistem a esta sessão.

Eu não queria abordar este tema, mas, após ouvir a intervenção do Deputado Acácio de Sousa, não posso deixar de fazer uma nota prévia. Durante a sua intervenção, a certa altura, parecia que estávamos numa realidade paralela...

É preciso, no mínimo, muita audácia para vir aqui afirmar que os problemas atuais deste concelho são culpa de um Governo que tomou posse há apenas sete meses. Deixo algumas

perguntas ao PS: o que fez o Governo do PS, que governou nos últimos oito anos, e o executivo municipal, também do PS, para resolver os problemas que aqui foram apresentados? Quem definiu os critérios dos concursos cujas candidaturas não foram selecionadas?

Foi o anterior Governo do PS, e não o PSD, como se tentou aqui insinuar. Aliás, este Governo do PSD, em pouco tempo, tentou corrigir essa injustiça na definição dos critérios de análise das candidaturas, que, na maioria dos casos, tinham como principal critério a data de envio da candidatura, em vez da maturação ou da urgência do projeto. Este Governo afirmou que ninguém ficaria para trás e encontrou soluções para que as candidaturas agora excluídas não fossem deixadas de lado.

Feita esta nota inicial, avanço para o tema que me traz aqui hoje.

Depois de, no ano passado, ter trazido a esta Assembleia a questão da mobilidade, ou melhor, da falta dela — problema que continua igual ou pior —, o assunto que quero abordar hoje é a Habitação, ou, mais precisamente, a falta dela.

Muito há a dizer sobre este tema. A primeira constatação é que o PS, que governa os destinos de Leiria há 15 anos, fez zero, ou quase zero, no que diz respeito a esta problemática.

De pouco serve apresentar, recentemente, um projeto para a construção de habitação em algumas freguesias, medidas que apoiamos e até propusemos em outras Assembleias, mas que chegam tarde. É de uma extrema falta de visão que, durante 15 anos, nada tenha sido feito nesta área.

Isto, enquanto vários municípios do país reconheceram o problema há vários anos e implementaram soluções, como habitação a custos controlados para famílias e jovens, renovando edifícios municipais e transformando-os em habitações. Estas soluções aliviaram o problema habitacional e revitalizaram muitos centros urbanos degradados pelo país.

Há mais de 10 anos, eu e um grupo de jovens de Leiria apresentámos ao executivo do PS uma proposta para recuperar imóveis do município ou do Estado para habitação jovem a preços controlados, como, por exemplo, a antiga pousada da juventude. Esta proposta foi simplesmente metida numa gaveta.

Agora, passados 10 anos, este edifício, em vez de continuar a servir a sua última função, habitação, será transformado, e será gasto um valor exorbitante para que seja convertido num complemento da Biblioteca Municipal. Este exemplo ilustra bem as prioridades deste executivo.

O que fez este município, em 15 anos, para fixar jovens no concelho, no que respeita à habitação? Ouvimos várias vezes o Sr. Presidente destacar a importância de fixar jovens, mas o que foi feito nesse sentido? De pouco serve criar boas condições empresariais se, depois, não se conseguem fixar pessoas no concelho.

O que fez este município em termos de criação de residências para apoiar o Politécnico neste desígnio? Esta seria certamente uma boa solução para aliviar a pressão neste setor. O Sr. Presidente afirmou, há pouco, que qualquer investimento nesta área terá resultados lentos, e tem toda a razão. Mas isso acontece porque não houve visão para precaver esta situação.

É claro que os privados têm de desempenhar um papel principal na resolução deste problema, mas o município não pode ignorá-lo e achar que, ao simplesmente pagar rendas aos preços impostos pelo mercado, sem qualquer interferência na oferta de habitação, está a resolvê-lo.

Não podemos olhar apenas para aqueles que são muito pobres, oferecendo apoio na renda ou habitação social. É necessário ter uma política para a classe média, que, cada vez mais, se aproxima das classes mais pobres.

Não podemos confundir habitação social com soluções de habitação a custos controlados ou habitação para jovens.

Para concluir, o centro de uma cidade não tem de ser exclusivo de uma classe média alta ou de luxo, como referiu o Sr. Presidente há pouco. A cidade pode e deve ser para todos. Para isso, o município deve ter um papel mais interventivo, atraindo pessoas de todas as classes para o centro da cidade.

A Câmara Municipal tem de assumir um papel ativo nesta matéria. Apesar de estar a partir tarde, ainda vai a tempo, desde que tenha vontade.

Boa noite.”

Intervenção do senhor deputado Ricardo Abreu - PS

Transcrição:

"Ricardo Abreu, PS.

Obrigado, senhor Presidente da Assembleia permita-me na sua pessoa cumprimentar todos os presentes por uma questão de economia de tempo.

Assistimos hoje a uma diferença clara sobre a forma como vemos Leiria, de um lado uma visão quase negacionista de todo o progresso já feito no município versus uma visão realista de que muito está por fazer, mas que muito já foi feito e está feito e que por isso devemos louvar. Não podemos ignorar que o mundo hoje é completamente diferente daquele em que vivíamos ou prevíamos em 2021 quando fomos a eleições. Em apenas 3 anos Leiria, Portugal e o mundo inteiro foram assolados pelos efeitos de diversas guerras sem fim à vista e de sucessivas crises económicas, sociais e políticas trouxeram níveis de incerteza e instabilidade como não víamos há décadas. Em paralelo assistimos a um crescimento significativo da população no concelho, uma prova inequívoca do elevado nível de qualidade de vida que se reconhece a Leiria, mas que naturalmente trouxeram novas pressões às nossas infraestruturas e aos nossos serviços. Todos estes desafios obrigaram a uma

capacidade extraordinária de adaptação a esta nova realidade por parte da Câmara Municipal que nas várias áreas já aqui tocadas conseguiu enfrentar os novos problemas sem descuidar os seus compromissos eleitorais. O bom político é aquele que se adapta às circunstâncias e aos desafios e não os ignora, mas chegados aqui hoje, provavelmente à última Assembleia Municipal deste mandato dedicado ao Estado do Concelho importa também falar do concelho, do futuro do concelho e de todos aqueles que aqui vivem, mas em particular dos jovens, o que está Leiria a fazer pelos jovens? Os jovens têm futuro em Leiria? Em Leiria há futuro? A resposta é clara, sim, Leiria tem futuro, sim em Leiria há futuro. Em Leiria há futuro porque ambicionamos ter um tecido empresarial cada vez mais inovador e de base tecnológica capaz de atrair talento altamente qualificado para a nossa região e trabalhamos diariamente com esse objetivo como são os exemplos o sucesso da Start-Up Leiria, o projeto do topo norte do estádio e o parque empresarial de Monte Redondo, trabalho esse que pode ser reforçado e aprofundado com novos investimentos nos parques e zonas industriais do município ou/e com a ampliação do ecossistema empreendedor da Start-up Leiria no mercado municipal. Na habitação sim, Leiria enfrenta uma escassez da oferta, um problema que é geral no país inteiro e saliente-se em toda a Europa. Sabemos hoje que há em Portugal cerca de 27 mil fogos de habitação pública previstos em estratégias municipais de habitação cujo financiamento ainda não está garantido e o senhor Presidente da Câmara acabou de mencionar um caso que aconteceu em Leiria. Esta dimensão é demonstrativa de que apesar da resposta à escassez de habitação, apesar de que a resposta à escassez de habitação deva ser concentrada nas autarquias estas dispõem de uma capacidade financeira muitíssimo limitada para atuarem isoladamente, os meios para responder estruturalmente à escassez de habitação devem partir da União Europeia e do Governo português que não devem ignorar a sua responsabilidade e por isso disponibilizar financiamento para habitação pública e cooperativa e simultaneamente contribuir para promover e acelerar o mercado privado da habitação sobretudo dedicado à classe média. Ainda assim, há medidas que podem ser tomadas a nível municipal que não sendo uma resposta de emergência a este problema ou estrutural certamente contribuem para o aumento da oferta de habitação em Leiria como a revisão do PDM, para permitir aumentar de forma ordenada os índices de construção por todo o concelho, mas em particular na cidade assim como também criar possíveis parcerias entre a Câmara Municipal e o setor privado, cooperativo e social para a promoção de novos empreendimentos habitacionais. Em Leiria, há futuro também porque a Câmara Municipal está a investir na mobilidade suave dos munícipes com reforço de horários e linhas e a descarbonização da frota do Mobilis e a criação da rede de bicicletas Biclis. Em Leiria há futuro porque este Executivo investe na nossa resiliência contra os efeitos das alterações climáticas, nós não negamos o que a ciência nos ensina e muito menos desvalorizamos

esta ameaça coletiva à nossa segurança física, alimentar e humana. As alterações climáticas já são hoje uma realidade bem presente nos nossos incêndios e nas cheias e, por isso, esta Câmara Municipal criou os planos estratégicos de habitação, de adaptação às alterações climáticas, de defesa da floresta contra os incêndios, reabilitação de linhas de água e do sistema de drenagem pluvial da cidade, alguns dos quais já estão a decorrer e outros que estarão em execução ao longo das próximas décadas, é esse o futuro que Leiria tem para oferecer aos jovens e a todos os leirienses também, àqueles que cá nasceram e que cá se querem fixar, mas também àqueles que olham para Leiria como um concelho onde podem concretizar o seu projeto de vida, mas este Executivo não investe apenas nestas áreas prioritárias para a vida dos jovens leirienses investe também no seu desenvolvimento pessoal, humano e cidadão através da cultura, do desporto, da educação e do lazer, aqui destaca-se a recente inauguração do Staylab, no mercado Santana, um espaço com áreas de estudo individual e colaborativo, mas que dispõe também de espaços de convívio e socialização, um espaço cultural que, finalmente, os jovens ganham em Leiria. Ao Staylab juntam-se outras iniciativas relevantes para os jovens das quais destaco o projeto "Levar a política à escola" com debates nas escolas secundárias do concelho com jovens representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal de Leiria. É hoje clara a estratégia da Câmara de investir nos jovens nas suas prioridades mais básicas, mas indo além ao valorizar a sua aproximação à cidade e o seu desenvolvimento pessoal, cívico e cultural de garantir que Leiria proporciona ambientes promotores do seu desenvolvimento, isto é progresso, não é miragem, mas como este ano celebramos 50 anos de liberdade e porque eu já me estou a estender, podemos facilmente resumir a minha intervenção dizendo, Leiria está a investir na liberdade dos seus jovens, sim, na sua liberdade para aqui morarem, na sua liberdade para aqui viverem, na sua liberdade para aqui serem quem quiserem. Disse."

Intervenção do senhor deputado Ley Garcia – PSD

Transcrição:

"Ley Garcia, PSD.

Boa noite, cumprimento todos os presentes e todos os que participam e assistem a esta Assembleia.

Cremos que para analisar o Estado do Concelho também é importante fazer um balanço entre os projetos que o Executivo se propôs fazer ou realizar durante o corrente ano e conhecer a sua situação atual e para isso, portanto, temos aqui uma listagem dos principais projetos que o Executivo se propôs fazer e dentro deles, portanto, verificamos que alguns já foram executados, uma grande parte está a ser realizado e outros não sabemos o ponto da situação e é isso também que pretendemos que o Executivo nos esclareça.

Na área da educação, sabemos que o centro escolar de Marrazes e do pavilhão desportivo já está em conclusão, a reabilitação da escola secundária Afonso Lopes Vieira e da EB 2,3 Dom Dinis estão em execução, a reabilitação da escola básica de São Romão também já está a concurso público, o que é positivo, relativamente à reabilitação da escola básica e secundária Henrique Sommer e da EB 2,3 de Marrazes não sabemos. O facto de aqui estar a vermelho, enfim, não quer dizer que não tenha sido feito nada ou que a gente esteja a dar uma avaliação negativa a estes projetos, simplesmente não sabemos o ponto da situação e será isso que a gente pretende também ser esclarecidos.

Na área da saúde, também sabemos que a construção do centro de saúde da Barreira, Santa Eufémia e dos Pousos também já foi lançado o concurso público, portanto, o que é muito bom.

Na área do desenvolvimento social também cremos que os projetos também estão ou já foram resolvidos ou estão em andamento.

Na área da habitação, enfim, não sabemos o ponto de situação, percebemos agora que já há alguma coisa está a ser feita, talvez nos possa esclarecer um pouco mais sobre, sobre este aspeto até porque seria muito bom nós lermos aqui nos nossos jornais locais sobre o concelho notícias como estas e, por outro lado, não haver notícias como estas aqui em que um munícipe, um munícipe se queixa, enfim, da dificuldade em ultrapassar as burocracias para conseguir reabilitar um prédio.

Enfim, também há coisas em que seria, seria bom talvez que o Executivo recordasse, nomeadamente as administrações de condomínio, do Decreto-Lei nº 136/2014, em que os prédios devem ter manutenção exterior de 8 em 8 anos, portanto, seria bom dar incentivos ou exigências, enfim, para que fossem reforçados os fundos comuns de reserva para que estas obras sejam feitas e não aconteça os prédios degradarem-se de tal forma que depois já se torna muito difícil economicamente resolvê-los e nós também concordamos que, efetivamente, deverá ser, deverão ser os privados a fomentar a habitação, mas a câmara tem um papel muito importante, enfim, nomeadamente nos licenciamentos, não é? E nesse sentido seria bom, não é? Que se agilizassem os processos de licenciamento das obras e negócios, quando falamos, muitas vezes a burocracia é falada de forma negativa, na verdade, a teoria da burocracia é muito boa no sentido em que define procedimentos, normas, enfim, procedimentos que facilitem exatamente a sua execução, é preciso é que as pessoas se sirvam bem desses procedimentos, nomeadamente, seria bom até que houvesse um controlo, enfim, um controlo provavelmente até haverá na qualidade dos serviços técnicos porque nós ouvimos frequentemente os construtores e até os particulares a queixarem-se do tempo que demora os licenciamentos, que às vezes colocam os requerimento e só passado alguns meses é que têm respostas, depois às vezes pedem alguns documentos, entregam os documentos, depois mais tarde voltam a pedir outros

documentos, enfim, tudo isto acaba por atrasar um processo que seria bom que fosse mais agilizado. Enfim, percebe-se, isto aqui só são imagens, por exemplo, ali nos Andrinos onde estão a ser construídos dois prédios numa, numa linha de água, não é? E ainda por cima, por acaso não se vê muito bem, mas o muro acaba por vedar completamente a linha de água, enfim, se o PDM acaba por autorizar isto é pena também que, enfim, nas aldeias, nalguns terrenos não seja possível as pessoas construírem até em terrenos onde existem casas ao seu redor porque quando as pessoas não podem construir nas aldeias acabam por ter que ir para a cidade, não é? Aumentado a pressão sobre a habitação na cidade. O facto de se afastarem das aldeias aumenta também o isolamento, muitas vezes os idosos, portanto, acaba por haver um maior isolamento dos idosos e, enfim, se nomeadamente os filhos pudessem construir perto dos pais, se calhar, evitaria que em muitas situações, os idosos fossem para lares porque teriam os filhos por perto para cuidar deles.

Na área da cultura, enfim, também cremos que os vários projetos estão, estão executados em desenvolvimento. Já agora, portanto, ali o muro da Villa Portela está, enfim, está a ser remodelado pelo menos nalgumas zonas para se aumentar a sua segurança e, se calhar, até seria bom pensar-se na possibilidade de aquele muro ali perto do estacionamento junto à câmara que recuasse ali assim talvez 3 ou 4 metros que permitisse alongar um pouco mais as 3, as 3 vias de circulação de maneira a facilitar o escoamento do trânsito que vai para a esquerda, em frente ou para o lado direito, ou seja, portanto, aqui assim está aqui o parque de estacionamento da câmara e, portanto, aqui assim aquele muro da Vila Portela naquela parte final, talvez se recuar um pouco, um pouco possa alargar ali assim a estrada, será uma questão a pensar.

Ora, na área do desporto, enfim, temos o parque AquaPolis, não sabemos qual é o ponto da situação, não parece ter avançado, mas aquilo que estamos a dizer é o seguinte, é pena é que a verba que foi utilizada para comprar este terreno não tivesse sido feito, utilizada para comprar um terreno que permitisse que a construção da, da rodoviária fosse num local melhor em vez de estar ali assim junto às piscinas, nomeadamente comprometendo uma área desportiva.

Relativamente à área do desenvolvimento económico, o parque empresarial de Monte Redondo está em execução, já relativamente à requalificação do parque industrial da Carreira e Barosa não, não sabemos.

Relativamente à área da proteção civil também cremos que as coisas estão a ser feitas. Na área dos serviços gerais da Administração Pública, enfim, temos o edifício de apoio à Assembleia Municipal e Arquivo que não sabemos.

Na área do ambiente, a recolha e tratamento de resíduos e limpeza urbana estão a andar também, recentemente até foi implementada também a recolha de lixos orgânicos e é pena que isto não esteja a funcionar, não direi que é por culpa do município, não é? Aliás, houve

o cuidado de até antes de se implementar este projeto de serem distribuídos folhetos pela residência das pessoas, mais recentemente foram colocados autocolantes com a indicação de que é que pode ser colocado ou não, mas, infelizmente, as imagens que continuamos a ver são, são estas e, portanto, lixo indiferenciado e, portanto, significa que, provavelmente, é necessário fazer mais campanhas de sensibilização e de educação das pessoas, enfim, outras medidas para que este projeto louvável efetivamente atinja o seu objetivo.

*Na área da mobilidade os projetos também estão, estão a decorrer. Tive também oportunidade de assistir à apresentação do projeto Smart Cities, penso que é um projeto bastante bom, portanto, ao nível da comunidade intermunicipal, é excelente que se pense as coisas realmente em grande e uma das áreas que foi bastante falada é exatamente facilitar a conectividade, facilitar a mobilidade. É preciso também que se criem as infraestruturas físicas para esse efeito, portanto, nomeadamente a construção de uma circular externa, algo que o senhor deputado, aliás, o senhor vereador Álvaro Madureira já tem falado bastante inclusivamente até com a indicação de algumas possibilidades de itinerários, enfim, **(Presidente da Assembleia Municipal – Senhor deputado, peço desculpa, eu vou-lhe pedir só para, se for possível, ser o mais sucinto possível para darmos algum tempo depois ao senhor Presidente da Câmara para responder a todas essas questões).***

Parece que algumas coisas também estão a ser pensadas nesse aspeto, nomeadamente agora com, com a Linha de Alta Velocidade, esperemos que, enfim, o Executivo pense nisso já que este tipo de circular externas permite bastante o desenvolvimento das cidades de uma forma mais harmoniosa.

As verbas para as freguesias também tem sido feito e realmente é muito importante promover um desenvolvimento harmonioso do concelho.

Só queremos aqui chamar a atenção, normalmente falamos aqui assim da construção dos parques de estacionamento na cidade, pronto, às vezes nas outras localidades também é necessário ter isto, nomeadamente na Praia do Pedrógão e algo que também já foi falado é, enfim, o PSD não é de maneira alguma contra as festas já que isso ajuda bastante as populações, o seu bem-estar, mas por vezes, aliás, aquilo que se pode questionar é talvez o dinheiro que é gasto nessas mesmas festas, seria bom evitar também alguma concorrência da, da cidade com as suas freguesias, isto é, muitas vezes os populares juntam-se em associações e etc. para angariar dinheiro para as festas através de almoços, jantares, peditórios para organizar as suas festas e, nomeadamente, para contratar artistas. O problema é que, às vezes, na mesma altura, nos mesmos dias o Município organiza festas aqui na cidade com possibilidade de contratar artistas mais famosos, pagos, portanto, mais caros e as pessoas acabam depois por vir para a cidade e esvaziam um

pouco essas festas, enfim, talvez com alguma, uma maior coordenação sobre as festas nas freguesias e na cidade possa aliviar este problema.

Enfim, isto são, não são propriamente críticas, são opiniões que o Executivo poderá ter ou não em conta.

Bem, em resumo estes são, enfim, são aqueles projetos que nós não sabemos o ponto de situação atual e que solicitamos que o Executivo nos informe, inclusivamente propomos que quando, quando forem feitas essas respostas a estas situações que esteja visível para ajudar o senhor Presidente da Câmara a recordar quais são as nossas, exatamente quais são as nossas dúvidas. Obrigado.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito obrigado, senhor Presidente.

Ouvi com muita atenção todas as intervenções. Não é de estranhar que a oposição ache que o concelho não está bem e é também natural que, que eu e que a bancada que apoia este Executivo ache que o concelho está melhor do que aquilo que a oposição apresenta, mas também não se pode desvalorizar aquilo que indicadores independentes dão relativamente àquilo que é qualidade de vida do concelho onde se classifica Leiria como a 2ª capital de distrito do país onde melhor se vive não podemos ignorar, não podemos desvalorizar não só aquilo que é qualidade percebida das pessoas de cá, mas também a opinião que pessoas de outros cantos do país têm sobre a nossa cidade e é por isso que diariamente temos 12 pessoas novas a chegar ao concelho, é por isso que entre censos, depois de uma redução de pessoas o nosso concelho hoje não temos 130 mil pessoas no concelho temos mais e se não tivéssemos qualidade não tínhamos atratividade e não tínhamos pessoas e não tínhamos economia e não tínhamos mais impostos, portanto, há aqui um fenómeno de crescimento que só se justifica porque, de facto, vivemos num território de excelência no contexto nacional e como devem perceber já que a câmara tem tanta responsabilidade em tanta coisa má também tem que ter alguma qualidade alcançada neste sucesso de atratividade e, portanto, é natural que haja um esforço acrescido, eu próprio nunca, também não estou satisfeito com tudo o que se faz, gostava de fazer mais, gostava de fazer mais rápido, mas também tenho a plena noção do que estamos a fazer não compromete o futuro do concelho, mantém o concelho num dinamismo que é positivo e que, naturalmente, necessitamos de fazer mais coisas em vários pontos do concelho e ouvi com atenção, há intervenções de carácter ideológico que são salutares e, portanto, discordo de tanta coisa que, assim como discordo de alguns pensamentos que foram aqui apresentados pelos mais diversos partidos, mas como é natural há uma componente de avaliação do Estado do Concelho que ultrapassa as competências do município, o que valoriza aquilo que é o nosso trabalho dentro daquilo que é a nossa área de atuação porque



as principais críticas que ouvi aqui hoje sobre aquilo que é a situação do concelho passam por dois temas aonde a responsabilidade é do Governo Central. Quando me apresentam aqui por mais do que uma vez as questões relacionadas com a saúde parece-me evidente que o Estado do Concelho se está mal na saúde não é por culpa da Câmara. Se hoje temos problemas de segurança e a segurança é um bem nacional, porque a Polícia de Segurança Pública e a GNR são órgãos de polícia e de segurança nacionais, se temos problemas nesta área não pode ser acatado também à Câmara Municipal e quando ouvimos a oposição hoje a apontar para estas áreas como os principais problemas do concelho, com a qual eu também estou preocupado, não me parece que seja a Câmara ou as câmaras ou as autarquias a terem que dar resposta a essas soluções que ultrapassa em muito a sua competência, nós não podemos contratar médicos, nós não podemos contratar mais PSP, na área da segurança fazemos um esforço suplementar não só com a videovigilância, financiamos e oferecemos meios e recursos à PSP e à GNR, mais viaturas, mais 2 motas que vão ser entregues entretanto, reparação das suas instalações, nós, nós já não estamos no fenómeno descentralização, nós estamos num fenómeno de substituição, o país anda porque existem autarquias, existe o poder local, o covid foi o que foi porque houve um trabalho de equipa entre o Governo Central e as autarquias, se não fossem as autarquias a trabalhar muito nós tínhamos tido uma desgraça. Existe habitação a custos controlados ou habitação social porque são as câmaras a investir, existe parque escolar a ser reabilitado porque há uma descentralização e nós estamos a investir. Este é o fenómeno de desenvolvimento que o país atravessa e, portanto, eu ouvi com muita atenção as intervenções, queria deixar aqui um sublinhado que este do Hugo Morgado sobre a descentralização das atividades de investimento nas freguesias e daquilo que é a distância entre o investimento da cidade e nas freguesias. Nós aumentámos o investimento nas freguesias entre 2019 para 2023 de 4,7 milhões de euros para 10 milhões de euros, cresceu 112%, eu concordo com a visão que o Hugo apresenta, é por isso que nós apoiamos a construção de 6 novas creches, aonde? Nas freguesias, é por isso que nós estamos a fazer novos centros de saúde, aonde? Nas freguesias, é por isso que estamos a apoiar a reabilitação de todas as sedes de junta porque queremos que haja serviço público autárquico de qualidade nas freguesias. Quando estamos a melhorar aquilo que é o desempenho do transporte público estamos a criar condições de proximidade entre as freguesias e a sua cidade, quando estamos a investir no pavilhão de Santa Catarina da Serra ou na pista de atletismo da Bajouca nós estamos a investir e a ajudar a desenvolver as freguesias, quando apoiamos o auditório dos Pousos ou quando apoiamos o auditório da Filarmónica da Maceira nós estamos a investir nas freguesias, é suficiente? Não é. Quando estamos a investir na estrada 109-9, que liga o Coimbrão à praia do Pedrógão, nós estamos a ajudar a desenvolver a praia do Pedrógão, quando estamos a investir na zona industrial

de Monte Redondo não estamos a investir na cidade estamos a investir no norte do nosso concelho, em freguesias que não têm um nível urbano como tem Leiria, quando lançámos um programa como as "Praças Vivas" em que queremos dar a cada aldeia, a cada sede de freguesia um ambiente mais urbano, nós estamos a investir nas freguesias, é suficiente? Não é. E na cidade, temos investido o suficiente? Também não. Conseguimos fazer mais? Conseguimos. Com o tempo que desejamos não é possível, não conseguimos, o nosso ritmo quer interno de recursos humanos tem um limite e nós somos dos concelhos com menos recursos humanos na câmara e com mais eficácia na execução não só pela equipa que temos, quer de vereadores, quer internas, mas, de facto, já não consigo mais espremer a câmara e não é, não é por não me empenhar e quando se fala de paixão por Leiria não é um slogan porque nós dedicamos de corpo e alma, por paixão e dedicação, dia a dia o desenvolvimento do concelho agora, fazemos tudo bem? Não fazemos, às vezes falhamos, falhamos muito, mas não nos podem acusar de inércia, também nos acusam muito de falta de visão, de planeamento, ainda gostava de saber quantos vereadores ou quantos elementos tiveram experiência na área do planeamento para dar lições de planeamento, mas quando transformámos a cidade em 2022 como melhor cidade europeia do desporto teve que haver algum planeamento senão não havia sucesso no desporto, não era reconhecido por órgãos internacionais. Quando a nossa cidade fica na short-list para a Capital Europeia da Cultura é porque temos de ter algum mérito, tem que haver alguma estratégia, portanto, acho que há aqui uma desvalorização também daquilo que é de ser Leiria, do que se tem feito em Leiria e que deve ser no meu entender rebatida e queria deixar aqui um apontamento sobre as intervenções do PSD para terminar, sendo o maior partido da oposição e, sobretudo com a responsabilidade que hoje tem governativa porque é importante quando os senhores deputados vêm perguntar sobre o biometano, bem as propostas do biometano e o seu prazo depende daquilo que é a análise da estrutura burocrática que está dependente do Estado português, o estudo de impacto ambiental passa pelas CCDR's, passa pelo Ministério do Ambiente, pela Direção-Geral de Energia, portanto, nós estamos a falar, está-me a perguntar quanto é que é, bem, posso-lhe dizer que há um esforço da câmara para que isto seja desbloqueado não passando a linha, a linha vermelha dos casos influencer, não é? Porque já só falta isso, já só falta isso e, portanto, biometano, a explicação do prazo, burocracia do Estado português que bloqueia projetos inovadores como este, andam, atiram de um lado para o outro, de quem é que faz a análise, do estudo de impacto ambiental, se é preciso, se não é e andamos assim, culpa não é só deste Governo, não é do anterior, é do estado a que isto chegou e que às vezes não é o político, é um diretor geral, é a própria burocracia, são as leis que o país produz, em vez de produzir produtividade produz complicação e, portanto, é o regime que temos. E sobre a mobilidade deixava o apelo, de facto, há um forte apelo na região e em Leiria de

substituição por veículos não poluentes como temos no programa. Um veículo, a diferença entre um veículo poluente e um não poluente, entre um elétrico e um a gasóleo anda à volta dos 300 mil euros, 200 mil, 300 mil euros. Nós temos uma candidatura, foi reprovada, apoiaram 5 candidaturas no país, a nossa, a nossa ficou de fora, bem, agora que o PSD está no Governo tem uma boa oportunidade de apelar ao seu partido e aos seus governantes eleitos nas últimas eleições para que aumente a lista de apoio e preencha não só os de Leiria, mas de todo o resto do país.

Em relação à habitação, nós temos, como disse há pouco, uma candidatura ao 1º Direito que é a reabilitação dos imóveis que temos sobretudo para habitação social, a chamada habitação social, que está em curso, que temos feito, temos candidaturas aprovadas, a nossa estratégia de habitação local tem prevista a construção de 22 fogos no valor aproximado de 2 milhões de euros, cerca de 100 mil euros por fogo, para novas habitações a custos controlados para poder dar assistência a jovens, jovens casais, pessoas que não podem pagar uma renda de mercado, que possam pagar uma renda mais acessível, não é isso que vai resolver o problema, na minha cabeça não resolve, 22 fogos não resolve o problema por 2 milhões, 44 fogos por 4 milhões também não resolve o problema e mais, poderia resolver o problema se tivéssemos apoio, sabe, ontem saiu a lista dos apoios à habitação a custos controlados, sabe quantas foram aprovadas para Leiria? Zero, portanto, mais um pedido que faço ao PSD a ver se consegue que esta lista seja aumentada, mas não foi só Leiria que ficou de fora, há uma, querem que se gaste em construção de fogos para rendas controladas só com o orçamento das câmaras? Onde é que está a política nacional para isto? Porque é que não há linhas de crédito para poder financiar essas obras? Incentivar-nos a fazer projetos? Fizemos projetos de habitação tipo para rendas acessíveis, quer dizer "ah, não vai faltar dinheiro", olha, exatamente a história das escolas "ai, avancem que isto o dinheiro vai chegar, fiquem com as escolas e com o património que a gente vai pagar toda a reabilitação" não foi, não foi o PSD que prometeu isso, foi o PS do Governo, veio dinheiro para duas escolas, eu gostava de fazer também a da Maceira, gostava de fazer a Correia Mateus, gostava de fazer a da Caranguejeira, gostava de fazer a das Colmeias, mas vamos fazer com o dinheiro da Câmara? Quando nos entregaram as escolas todas por remendar? E nós somos o culpado desse atraso, um atraso acumulado e atenção, e aquilo que nós estamos a fazer é muito mais rápido do que os outros todos, temos mais creches, temos mais escolas, as secundárias e do 2º ciclo mais rápidos do que todas as outras no país.

E relativamente à questão, termino, sobre a parte da economia, como se a câmara fosse um fator de entrave ao business no nosso concelho, antes pelo contrário, bem, é preciso ter uma grande lata, dizer que nós somos o atraso do parque municipal de Monte Redondo quando o PSD durante o tempo em que teve esta obra, este empreendimento aquilo que



conseguiu fazer foi estar parado e aquilo que nós conseguimos fazer foi comprar os terrenos, que é a antiga empresa criada onde a câmara era sócia, de os comprar, voltámos a comprar os lotes que faltavam, o processo de expropriação lento, depois de estar feito o projeto diverso tipo de aprovações com estudos de impacto ambiental todos e mais alguns, lançamento do concurso, obra em curso, sabe quem é que fez isto? Foi este Executivo, em tempo record **(gravação impercetível)** Não está em curso? Então? Olha, a esta hora não, são 2 da manhã, mas amanhã deve trabalhar, talvez na segunda-feira, espero que sim, não é? E dizer que, mas não foi só isso que fizemos, o topo norte do estádio ficou, ficou por preencher, tudo bem, a ideia do PSD era fazer um centro comercial naquele espaço no âmbito daquilo que foi um concurso público internacional, bem, nós não conseguimos também houve uma altura que alguém pensou que conseguia vender porque parece que há aí magnatas que conseguiam comprar aquilo por 30 milhões de euros e optou-se não só ali, mas no mercado municipal e no mercado municipal está feito que é, vamos transformar o mercado municipal numa anca económica, por baixo tradicional produtos da Terra e por cima novas empresas startups, sabe quem é que teve esta ideia? Sabe quem é que a concretizou? Foi este Executivo, não é amigo das empresas? Que contributo é que isso deu para estarmos no 5º lugar dos concelhos que mais empreendedores e mais ligados à inovação, não demos a nossa quota-parte do contributo? O topo norte do estádio, projeto pronto para um lugar para fixar empresas tecnológicas, projeto feito e pago, pronto para ser lançado, precisamos de fundos comunitários, outros sítios muito menos carenciados do que nós, com muito menos potencial têm tido apoio nessa área, se nós tivermos apoio nós fazemos a obra, não tendo apoio não vou arriscar, mas ninguém pode acusar este município de não promover a atratividade e o apoio às empresas e não é só o setor do comércio que é tanto falado e que também é um fator de atração, como é óbvio, nós não temos só um Mercadona vamos ter 2, nós não temos só 2 hospitais vamos ter 4 e sabem porque é que aparecem? Porque há gente, porque há pessoas, porque há dinamismo, porque há economia, porque há atratividade, ninguém investe em superfícies comerciais ou construção de hospitais ou de clínicas dentárias de um dia para o outro porque há um mau trabalho de uma câmara, não, nós fazemos parte do sucesso. Este sucesso dá-nos mais trabalho diariamente? Dá. Porquê? Porque há cada vez mais exigência, porque quanto mais um passo damos em frente mais temos que trabalhar e às vezes temos de trabalhar com os mesmos recursos, às vezes com menos porque faltam-nos recursos desde assistentes operacionais nas escolas, desde pessoal técnico qualificado em muitas câmaras e em outsourcing temos falta também, é uma luta diária e quem é empresário também a sente, quem está na restauração não tem problemas de falta de mão de obra? E como é que se consegue vencer? Com o esforço de equipa, com a interligação e o sucesso de Leiria, felizmente, é porque independentemente das politiquices e partidarites nós temos gente

todos os dias a trabalhar em força com capacidade, com inovação e com determinação, é por isso que nos faz um concelho especial e um dos melhores do país. Muito obrigado.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu por concluída a sessão assembleia extraordinária dedicada à apreciação do Estado do Concelho.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** encerrada a sessão, eram **1h51** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 29 de abril de 2025, **deliberou por unanimidade aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria

António Lacerda Sales

Assinado por: António Lacerda Sales
Num. de Identificação: BI04380879
Data: 06-05-2025 10:33:45 +01:00



A Técnica Superior

Catarina Isabel dos Santos Clemente